

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 175/176

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PSDB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 02: Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 128ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE DEZEMBRO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Beraldin e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strappasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM nº 031/2000

Curitiba, 27.11.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de, nos termos do artigo 66, inciso I, combinado com o artigo 87, inciso IV, da Carta Estadual, encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o pessoal admitido para emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e legislação trabalhista correlata.

O plano de lei em referência, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois virá ensejar condições legais no sentido de que o serviço público conte com quadro funcional dinâmico e flexível, capaz de assegurar maior eficiência no desempenho da função pública, cujo aprimoramento tem em mira o melhor atendimento ao cidadão.

Vale mencionar que esta proposição decorre do resultado de estudos feitos pela Secretaria da Administração, através do protocolado sob nº 4.641.780-1, onde me foi apresentada a seguinte justificativa:

“Considerando que a promulgação da Emenda Constitucional nº 7, a Constituição Estadual desobrigou a Administração Pública da adoção de regime jurídico único;

Considerando que a pluralidade de regimes jurídicos favorece a possibilidade de organização de estrutura do Estado imprimindo-lhe maior ênfase, flexibilidade e otimização da força de trabalho;

Por último, considerando que a matéria deve ser disciplinada previamente à elaboração de leis específicas de criação de empregos públicos, a SEAD elaborou este anteprojeto com o objetivo de conduzir a administração estadual aos ajustes impostos pelos novos tempos.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O pessoal admitido para emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e legislação trabalhista correlata, naquilo que a lei não dispuser em contrário.

Parágrafo Único - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a transformar, mediante decreto e sem aumento de despesa, cargos públicos estatutários em empregos públicos celetistas.

Art. 2º - Leis específicas disporão sobre a criação de empregos de que trata esta lei no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.

Art. 3º - É vedado atribuir o regime de que trata esta lei aos servidores regidos pela Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, assim como aos cargos de provimento em comissão.

Art. 4º - A contratação de pessoal para emprego público deverá ser precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza e a complexidade do emprego.

Art. 5º - O contrato de trabalho por prazo indeterminado somente será rescindido por ato unilateral da Administração pública nas seguintes hipóteses:

I - prática de falta grave, dentre as enumeradas no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - necessidade de redução do quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da lei complementar a que se refere o artigo 169 da Constituição Federal;

IV - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual seja assegurado recurso hierárquico, de efeito suspensivo, que deverá ser apreciado no prazo de trinta dias.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

ACRÉSCIMO
DE OBRAS

ANEXO I
ANEXO

FL. 01
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
7100	Secretaria de Estado dos Transportes				
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER				
1180	Construção de Obras Rodoviárias				
270	Cruzeiro do Iguaçu				
0075	Recapeamento asfáltico do trecho Dois Vizinhos ao distrito de Foz do Chopim	82	L	1.000.000	1134
TOTAL		O.F.	L	1.000.000	

MENSAGEM Nº 032/2000

Curitiba, 28.11.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras, constante do Anexo V, da Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, no valor de R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais), do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes, visando a criação da Obra 0075 - Recapeamento Asfáltico do trecho Dois Vizinhos ao distrito de Foz do Chopin, no município de Cruzeiro do Iguaçu.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de convênio com a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um ajuste no Programa de Obras, constante do Anexo V, da Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, no valor de R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REDUÇÃO
DE OBRASANEXO II
ANEXOFL. 01
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
7100	Secretaria de Estado dos Transportes				
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER				
1180	Construção de Obras Rodoviárias				
494	Mangueirinha				
0053	Construir a ligação Mangueirinha - Reserva do Iguaçu, inclusive Obras de Arte Especiais (A)	82	L	1.000.000	1134
TOTAL		O.F.	L	1.000.000	

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os nºs CTRL/SEEG/217, 218, 219 e 220/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

289/2000: do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao município de Arapoti, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.974. **Anote-se - Arquivo-se.**

336/2000: do Poder Executivo que, dispõe sobre a extinção do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas (QPOM Fem), a qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininas (Praças PM Fem.) e alterações às Leis nº 5944/69, 6774/76 e 704/78, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.875. **Anote-se - Arquivo-se.**

312/2000: de autoria do deputado Cesar Seleme, que, dá nova redação ao § 1º, do artigo 52, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.976. **Anote-se - Arquivo-se.**

195/2000: do deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Cândido de Abreu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.977. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 148/2000, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, no valor de R\$125.000,00, relativos ao Projeto Roda Moinho. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 150/2000, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para os Fundos Municipais de Assistência Social/PR,

destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada e Rede Abrigo/2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 152/2000, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para os Fundos Municipais de Assistência Social/PR, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada e Rede Abrigo/2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 340/2000, do senhor Wilson Justus Soares, secretário de Estado dos Transportes em exercício, encaminhando cópia do pedido de informações requerido pelo deputado Caíto Quintana, que pede esclarecimentos sobre desmatamento nas rodovias. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 337/2000, do senhor Wilson Justus Soares, secretário de Estado dos Transportes em exercício, encaminhando cópia do pedido de informações requerido pelo deputado Luiz Carlos Zuk, que pede esclarecimentos sobre o atual estado da ferrovia. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 1003/2000, do senhor Antonio Leonel Poloni, secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, encaminhando cópia do pedido de informações requerido pelo deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre medidas tomadas quanto ao problema de estiagem e geadas nas lavouras do Paraná. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 430/2000, do senhor Ingo Henrique Hubert, secretário de Estado da Fazenda, encaminhando cópia do pedido de informações requerido pelos deputa-

dos Orlando Pessuti, caíto Quintana, Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Zuk, que pedem esclarecimentos sobre contratos das instituições responsáveis pela avaliação da venda do Banestado. **Ao conhecimento dos senhores deputados interessados.**

Sob o nº 793/2000, do senhor Pretextado Pennafort Tabora Ribas Neto, secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, encaminhando cópia do pedido de informações requerido pelo deputado Nereu Moura, que pede esclarecimentos sobre Portaria que designou instalação de auditoria no Departamento de Imprensa Oficial em 1999/2000. **Ao conhecimento da Casa, do senhor deputado interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2357

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 404/2000, que cria o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária - Funcor.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2358

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 405/2000, que dispõe sobre a retenção de valores sobre a comercialização de combustíveis no Estado.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2380

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 411/2000, oriundo da Mensagem Governamental nº 031/2000, que trata de mudança da legislação que dispõe sobre o pessoal admitido para emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, que passará a ter sua relação de trabalho regida pela CLT.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2381

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 412/2000, oriundo da

Mensagem Governamental nº 032/2000, que dispõe sobre ajuste orçamentário no programa de obras do DER, para o recapeamento asfáltico do trecho Dois Vizinhos ao distrito de Foz do Chopin, no município de Cruzeiro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2387 A

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para o Projeto de Lei nº 398/2000, oriundo da Mensagem do governador nº 029/2000.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2367

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação das matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2382

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma dos artigos 34 e 35 do Regimento Interno, REQUER constituição de Comissão Especial, com participação externa, com o fim de verificar as reais condições de aproveitamento, ou não, do esqueleto do Fórum de Justiça de Curitiba e proceder o levantamento do histórico da obra e sua conseqüente paralisação.

O esqueleto da obra em questão, tornou-se objeto de vergonha pública e não mais se admite que tal situação persista dentro do Centro Cívico do Paraná. A imprensa tem focalizado exaustivamente a questão, mostrando que a obra inacabada já custou aos cofres públicos R\$14 milhões. A sociedade indaga dos Poderes constituídos a quem cabe a responsabilidade. As opiniões técnicas sobre o aproveitamento ou a implosão da obra se dividem.

Esclarecer essas questões e as dúvidas existentes em torno do “monumento da vergonha” grotescamente implantado no centro de decisões políticas do Paraná, é o que se requer seja feito por uma Comissão Especial assim constituída:

- Poder Legislativo - 5 (cinco) deputados;
- Poder Executivo - Secretaria de Obras e Decon;

- Poder Judiciário - Tribunal de Justiça e Ministério Público;
 - CREA;
 - Ordem dos Advogados do Brasil / PR;
- Para, dentro de 10 (dez) dias, apresentar:
- a) análise da situação estrutural da obra;
 - b) histórico da obra (causas e responsabilidade pela paralisação);
 - c) sugestões para ocupação na possibilidade de aproveitamento da estrutura existente.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2383

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma dos artigos 34, 35 e outros do Regimento Interno, REQUER à douta Mesa Executiva desta Casa, a constituição de uma Comissão Especial, conforme define, para proceder o levantamento da real situação, funcional e salarial, dos integrantes da Polícia Civil do Paraná, pelas razões e motivos a seguir especificados:

- “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

.....

.....

.....

IV - polícias civis:”

É o que dispõe a Constituição Federal em seu artigo 144. Tem o Estado o dever de dar à sociedade, em seu todo, as condições para que a ordem pública seja mantida e as pessoas e seus bens, protegidos de quaisquer ações que possam lhes causar prejuízos.

- Cabe ao governo estadual, através das Polícias Civil e Militar, atender esse preceito constitucional que, sem dúvida, se constitui hoje na maior aspiração da sociedade constituída. Para tanto, há o governo que dar condições aos integrantes dessas corporações, para que possam executar o trabalho que lhes é exigido.

- Há já vários anos que as duas corporações reivindicam melhores condições de trabalho - funcional e salarial - sem que praticamente nada lhes tenha sido atendido, segundo alegam.

- Diz a justificativa apresentada pela Polícia Civil ao governo, em 14 de novembro p.p., reivindicando a aprovação, por esta Casa, de plano de cargos e salários: “o presente projeto de lei complementar... é calcado na principal aspiração da classe policial civil, que é o resgate da dignidade pessoal do policial e conseqüente motivação para o trabalho, pois o que tem acontecido é exatamente o contrário, a desmotivação abateu-se sobre a corporação, face à péssima perspectiva remuneratória que se oferece aos integrantes desta importante instituição”.

- E segue: “o quadro calamitoso de vencimentos que configura-se nos escalões hierárquicos inferiores da Polícia Civil, é fator preponderante que tem contribuído para a deterioração dos seus quadros, sob todos os aspectos”.

- Sob essa justificativa, a Polícia Civil do Paraná entrou em greve no final do mês de outubro, às vésperas do segundo turno das eleições. O movimento foi suspenso mediante compromisso do governo do Estado de dar uma solução ao impasse salarial. O que não aconteceu até a presente data, fazendo com que aumente o risco de novas paralisações.

- A paralisação de instituições, como a Polícia Civil, há que ser evitada a qualquer custo, considerando as conseqüências previsíveis para a segurança pública. Sendo dever do Poder Legislativo, entre outros, zelar pela preservação de sua competência no que respeita aos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, no cumprimento da Lei Maior e nas dela derivadas, entendemos que é de nosso dever levantar a situação de vida dos escalões hierarquicamente inferiores da Polícia Civil, para podermos avaliar, com condições, se os salários que vêm sendo pagos pelo Estado a esses policiais civis é o mínimo suficiente para que possam eles ter a dignidade necessária para cumprirem a parte que lhes cabe no cumprimento do preceito constitucional referente à segurança pública. Ou se insuficiente e “por dever” precisa o Estado proceder ajuste salarial, de forma que essa importante instituição possa resgatar a dignidade e o crédito público, hoje visivelmente abalados.

- Pelo que se requer a constituição de uma Comissão Especial, assim constituída:

- Poder Legislativo: 5 (cinco) deputados;

- Poder Executivo: representantes das Secretarias: de Governo - Segurança - Casa Civil - Planejamento - Administração - Fazenda - Procuradoria Geral;

- Poder Judiciário: Tribunal de Justiça e Ministério Público;

- Ordem dos Advogados do Brasil/PR: Comissão de Direitos Humanos;

- Polícia Civil: entidades representativas da Classe;

Com o fim de proceder o levantamento da real situação de vida dos policiais integrantes dos escalões inferiores da Polícia Civil do Paraná, verificando-se *in loco* as condições de subsistência dos mesmos e suas famílias, como para o desempenho de suas atividades funcionais dentro da remuneração total que lhes é paga pelos cofres do Estado.

Requer ainda, considerando que no próximo dia 15 esta Casa entra em recesso parlamentar, que a Comissão seja constituída de imediato, designando-se o próximo dia 7 para sua primeira reunião e o dia 8 para verificação, por amostragem, *in loco*, das condições de vida dos policiais civis dos escalões inferiores da Instituição. No período restante - 9 a 15 - será elaborado relatório circunstaciado do levantamento feito, o qual será submetido à

apreciação da Casa e encaminhado ao senhor Chefe do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2360

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar, para a família do jovem Lucas Soares de Lima, falecido no último dia 22 de novembro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2361

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Giro Kimura, residente no município de Cianorte, falecido no último dia 29 de novembro próximo passado.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2366

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Hugo João Kotz, ocorrido no último dia 29 de novembro, em Toledo - PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, por intermédio do senhor Aloísio Kotz, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Principal, s/nº - Linha Dois Irmãos, CEP 85900-970, em Toledo / PR.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2362

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antonio Carlos Escudeler e Rosa Maria Picanço Escudeler, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso

assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2363

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Edgard Trentin e Iracema Kuntz Trentin, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2368

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício de parabenização aos atletas do município de Itaguajé, categoria 11 a 12 anos, pela conquista do título de Campeão do Estado do Paraná, pela fase estadual dos Jogos da Esperança.

- Nome da equipe: Danilo Cordeiro dos Santos - Categoria 11 a 12 anos.

- Técnico: Aguinaldo V. Silva

- Chefe da delegação: Antonio de Souza Ramalho

- Atletas: Liniker Bernardes da Silva, Hélio Gabriel Lima do Nascimento, Tiago Alexandre de Faria, Gustavo Cota de Lourenço, Fernando Davio da Silva, Julieferson Santos dos Reis, Otemir Bezerra da Paz Júnior, Vitor Hugo Fuzimoto de Oliveira, Diego Nascimento da Silva Barreto, Marcos Vinicius Ramalho Martins, Everton Redes Amaral Alves, Fabio Góis Nogueira Lima, José da Silva Oliveira, Everton José Rodrigues de Souza, Luiz Gustavo Ramalho Martins, Gilberto Carlos Oliveira Carlucci e Flávio Ricardo Guilherme.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2370

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Associação Paranaense dos Supermercados - APRAS, alusivos ao Dia do Supermercado, que ocorreu dia 11 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência, ao presidente senhor Pedro Joanir Zonta, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Souza Naves, 535, CEP 80050-040, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 4.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2374

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Campina Grande do Sul, pela comemoração de seus 117 anos.

Sala das Sessões, em 4.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Campina Grande do Sul está comemorando 117 anos de existência. Criado através da Lei Provincial nº 762, sua origem é bastante discutida, pois diz-se que o local era um arraial de mineradores. Sua instalação oficial deu-se em 1884 e em 1939, por Decreto Estadual, sancionado pelo interventor Manoel Ribas, foi extinto o município de Campina Grande, tornando-se o mesmo um simples distrito, com território jurisdicionado ao município de Piraquara. Nesta época sua denominação foi alterada para Timbu.

Através da Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951, foram restaurados os direitos políticos, tornando-se município emancipado, sendo que a instalação deu-se em 14 de novembro de 1952, porém com denominação alterada para Timbu. Somente em 07 de fevereiro de 1956, por força da Lei Estadual nº 2593, é que a denominação foi restaurada, voltando a ser Campina Grande acrescida de "do Sul".

Distante de Curitiba 31km, Campina Grande do Sul é um lugar tranquilo e progressista. Seus habitantes, áduos trabalhadores, não poupam esforços para ver Campina Grande do Sul crescer.

Pela comemoração de seus gloriosos 117 anos, receba o prefeito de Campina Grande do Sul, Eleriam do Rocio Zanetti (Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 30, CEP 83430-000, Campina Grande do Sul/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2375

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio Positivo, pelo lançamento de mais um livro "Palavra Viva" - Palavra Viva 2000.

Sala das Sessões, em 4.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Positivo mais uma vez este ano, lança o livro Palavra Viva - O Talento Literário dos Alunos do Positivo.

O livro é o resultado do concurso que, anualmente, seleciona textos de alunos do Colégio, de todas as sedes, premiando alguns e colocando os melhores no livro que leva o nome do concurso, Palavra Viva.

Neste trabalho, envolvem-se professores, corpo administrativo e alunos, num grande esforço para a seleção, já que os gênios criativos são demonstrados em linhas e fica bastante difícil escolher.

O concurso é, antes de mais nada, um grande incentivo aos alunos que despontam entre os demais por sua criatividade e expressividade. Na obra resultante há uma miscelânea de estilos e pensamento, todos traduzidos da forma mais singela e precisa possível, vinda do interior de cada um.

Parabéns ao Colégio Positivo que mais uma vez está incentivando seus alunos através do Concurso Palavra Viva, receba, através de seu diretor doutor Oriovisto Guimarães (Colégio Positivo, Av. Cândido Hartmann, 1400, Bigorrião, CEP 80710-570, Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2376

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao doutor Naim Akel Filho, por assumir o cargo de novo diretor do Procon.

Sala das Sessões, em 4.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi nomeado na última semana o novo coordenador do Procon-PR, doutor Naim Akel Filho, especialista em gestão pública. Ele substitui o doutor Tércio Albuquerque que deixou o cargo a pedido do governador.

Em 1998 o doutor Naim Akel Filho preparou o Procon para ser transformado em Secretaria de Governo e com este projeto o Procon avançou muito. Em sua gestão, uma das primeiras medidas que pretende tomar é a descentralização dos serviços da instituição, investindo no fortalecimento e na valorização dos escritórios do órgão instalados no interior do Estado.

REQUERIMENTO Nº 2377

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à

Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Paraná - ARFOC, pela posse de sua nova Diretoria. Sala das Sessões, em 4.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Tomou posse na última semana, no Memorial de Curitiba, a nova Diretoria da Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Paraná - ARFOC.

Após um mandato de quatro anos, Irany Carlos Magno passa o cargo para o novo presidente, Luís Augusto Costa, que foi eleito por aclamação.

Irany deixa o cargo com muitas realizações, entre elas a instituição do Dia do Repórter Fotográfico e do Cinegrafista (20 de junho), cujo projeto tramita na Câmara Federal.

Pela posse, recebe a nova Diretoria, através do novo diretor Luís Augusto Costa (Rua José Loureiro, 211, 2º andar, Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2378

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Polícia Federal, pela comemoração de seus 36 anos.

Sala das Sessões, em 4.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Federal comemorou no último dia 16, seus 36 anos. A data foi comemorada em todas as superintendências estaduais e no Paraná a data foi marcada com a inauguração da Galeria de Valores da PF, que compreende a bandeira da instituição, o emblema, o hino, o juramento e a oração do policial federal e os preceitos éticos seguidos.

A Polícia Federal tem desenvolvido um importantíssimo trabalho no Paraná, especialmente no combate ao narcotráfico e crime organizado em geral. Está sempre pronta para defender a sociedade em sua área de atuação e não poupa esforços para atuar com determinação dentro das funções que lhe foram conferidas.

À Polícia Federal, pela comemoração de seus 36 anos, recebe seu superintendente em exercício, doutor Luiz Bertrand Melzer (Rua Ubaldino do Amaral, 321, Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2379

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Quatro Barras, pela comemoração de trinta e nove anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Quatro Barras completou seus 39 anos de emancipação política.

Em 1666 surgia no planalto de Curitiba o arraial de Campina Grande, que integrava o Arraial Queimado. A partir desta época iniciou-se o povoamento desta vasta região. Quando foi criado o município de Campina Grande, em 26 de novembro de 1883, pela Lei Provincial nº 762, os povoados de Quatro Barras e Capivari Grande constavam como Distritos Policiais, pertencentes ao Termo da Freguesia de Colombo.

Em 25 de fevereiro de 1892, por ato do novo governo republicano foi referendado o Distrito Policial de Quatro Barras.

Apesar de participar da história regional há séculos, somente em 25 de janeiro de 1961, através da Lei Estadual nº 4338, sancionada pelo governador Moysés Lupion de Tróia, foi criado o município de Quatro Barras, que teve territórios desmembrados dos municípios de Campina Grande do Sul e Piraquara. A instalação oficial deu-se de forma solene no dia 098 de novembro de 1961.

Atualmente conta com mais de 17 mil habitantes e sua atividade econômica está dividida em indústria, comércio varejista e atacadista e serviços, sendo as principais a indústria química, produtos alimentícios e móveis, que é o setor que mais vem crescendo.

Conhecida até pouco tempo como cidade dormitório, Quatro Barras, atualmente, está entre as principais cidades industrializadas da região metropolitana. É um município que cresce porque seu povo, ordeiro, acolhedor e trabalhador, não mede esforços para ver Quatro Barras crescer.

Pela comemoração dos gloriosos 39 anos de emancipação política, recebe o prefeito de Quatro Barras, senhor João Carlos Creplive (Av. D. Pedro II, nº 10 - CEP: 83420-000 - Quatro Barras), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2384

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, alusivos a realização da solenidade de premiação de alunos e professores da rede pública do Estado, vencedores dos concursos promovidos pelo Programa Agrinho, que ocorreu no dia 27 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor Ágide Meneguette, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Marechal Deodoro, 450, 10º andar, CEP:80010-910, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2385

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à senhora Maria de Los Angeles Gonzáles Duarte, alusivos ao lançamento do livro Memórias de 1964 no Paraná, que ocorrerá na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência a homenagem, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Mauá, 1133, CEP: 80030-200, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2386

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao senhor Milton Ivan Heller, alusivos ao lançamento do livro Memórias de 1964 no Paraná, que ocorrerá na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Cândido Hatmann, 3530, CEP 82010-000, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2359

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Jaime Lerner, governador do Estado do Paraná, solicitando reparos urgentes na Rodovia PR 580 e PR 680, no trecho entre os municípios de Douradina e Umuarama, passando pelo município de Maria Helena.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A rodovia se encontra em péssimo estado de conservação com a pavimentação asfáltica destruída.

Douradina é um pólo industrial muito importante do Noroeste do Estado e o acesso ao município está prejudicado devido à falta de conservação das estradas.

REQUERIMENTO Nº 2364

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor doutor José Tavares, Digníssimo secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências para a imediata insta-

lação de um posto da Polícia Militar nas imediações do Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva viabilizar maior segurança aos caminhoneiros que fazem o transporte de produtos para embarque no Porto de Paranaguá e, na maioria das vezes precisam aguardar em filas para o respectivo descarregamento.

Não raro, esses caminhoneiros acabam sendo vítimas de assaltos, com roubo de carga e do veículo, algumas vezes até com seqüestro do próprio motorista, que pode, inclusive, perder a vida.

Assim, contamos com o apoio dos nobres parlamentares, no sentido de aprovar este requerimento, a fim de podermos possibilitar maior segurança a esses pais de família, que trabalham pelo progresso de nosso país.

REQUERIMENTO Nº 2365

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor doutor José Tavares, DD. secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências para a imediata instalação de um posto da Polícia Militar nas imediações da Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva viabilizar maior segurança aos turistas e compristas que transitam pela Ponte da Amizade, quer em veículos motorizados, quer a pé, em vista dos constantes assaltos de que se tem conhecimento.

Assim, contamos com o apoio dos nobres parlamentares, no sentido de aprovar este requerimento, a fim de podermos possibilitar maior segurança aos compristas e turistas que transitam entre o Brasil e Paraguai, inclusive, muitas vezes, com suas famílias.

REQUERIMENTO Nº 2387

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador Jaime Lerner e ao secretário de Estado dos Transportes, pedido no sentido de que se proceda a revisão dos atuais contratos de concessão das rodovias do Estado do Paraná, devolvendo ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, tanto a competência sobre as rodovias estaduais e estadualizadas, tanto no referente a obras, melhorias e edificações, como também do controle do sistema de pedágio.

Justifica-se tal pedido pelo extraordinário acervo histórico do DER, competência dos seus funcionários, engenheiros e trabalhadores de obras, assim como pela visível incapacidade de gestão das atuais empresas, que nem de longe, possuem a experiência histórica acumulada de 50 anos do heróico DER.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2371

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Ilustríssimo senhor Nicolau Imthou Klüppel, diretor-presidente da Suderhsa, solicitando as seguintes informações:

- 1) números de poços perfurados no Paraná no período de 1997 até a presente data;
- 2) valores envolvidos nas obras;
- 3) relação de municípios beneficiados;
- 4) cópias dos convênios de cooperação técnico-financeira firmados com as municipalidades, se caso existirem, e,
- 5) relação de empresas envolvidas no processo de concorrência de tais obras.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A questão do meio ambiente cada vez mais ganha consciência no corpo da sociedade e, após aprovada a Lei dos Recursos Hídricos no Estado, cabe a esta Casa de Leis maior responsabilidade no acompanhamento e fiscalização da utilização dos recursos existentes.

Estas informações também subsidiarão a elaboração de projeto de lei que visará regulamentar e acompanhar a perfuração de poços artesianos e semi-artesianos de nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 2356

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o artigo “Opinião”, da Gazeta do Povo de hoje.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor Francisco Cunha Pereira Filho, diretor-presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Isentar os servidores inativos, bem como pensionistas da contribuição previdenciária, é uma luta antiga deste parlamentar, junto às diferentes esferas, inclusive com a Justiça. Portanto, resgatar a dívida social, no Brasil, com todos seus inativos e pensionistas é uma

pequena, mas importante tarefa dentro do esforço geral de democratização de nossa sociedade.

O Congresso Nacional, em acordo promovido entre as lideranças e o governo federal, decidiu reajustar o salário mínimo para R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), a partir de abril do próximo ano, desistindo definitivamente da aprovação da contribuição previdenciária dos servidores inativos e pensionistas, devendo a votação em Plenário e definitiva acontecer nos próximos dias.

Por conseguinte está afastada, por inconstitucional e imoral, a hipótese de desconto previdenciário para os inativos do serviço público. Se eles já estão aposentados, decidiu o Supremo Tribunal, como fazê-los pagar por nova aposentadoria?

Disse muito bem o artigo “Opinião” da Gazeta do Povo: “o acordo pode ser considerado um dos momentos políticos mais importantes do ano”.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 413/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A atual Rodovia do Café - BR-277 e BR-376, denominada de Rodovia do Café pelo Decreto nº 5674 de 27.12.61, passa a denominar-se Rodovia do Café Governador Ney Braga.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com este projeto de lei, denominando a Rodovia do Café, de “Rodovia do Café Governador Ney Braga”, pretendemos homenagear aquele homem que levou consigo a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever.

Nunca se acovardou ante o perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tegiversou com o dever. Foi um chefe magnânimo e compreensivo. Exigia mais de si do que dos outros.

Sua memória, seus exemplos e suas lições hão de continuar sendo a bússola pelo bem-estar de nossa terra.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemida são outras tantas qualidades que procuramos cultivar, como homenagem que lhe devotamos.

Ney Braga tinha e cultivava todas as virtudes republicanas: modéstia, austeridade, espírito público e, sobretudo, rigor com as coisas públicas.

Depois de ter percorrido quase todas as posições políticas de maior relevância neste país, exibiu a única fortuna que conseguiu amealhar em tantos anos: sua exemplar honradez. Teve sempre uma vida quase monacal, traço que também era da sua família, de admirável

formação cristã. Espontânea retidão moral, praticada menos como regra e mais como atributo, tinha a modéstia e a desambição do verdadeiro católico, mas também a resistência e a obstinação de um homem de fé. Político até a medula, Ney Braga era um “homem em relação” - mais correto seria dizer: em combate com os desafios e contra os outros homens que não tinham compromissos com o bem comum.

O perfil do novo Paraná é uma das suas obras. Quem viveu no Paraná nos idos dos anos sessenta sabe avaliar bem o que representou para o Estado a sua liderança e obstinação reformista, sem a qual não teria sido possível prepará-lo para o seu prodigioso salto histórico. Quem leu o mais importante brasilianista americano, o historiador americano John Foster Dulles, sabe que Ney Braga esteve por duas vezes muito próximo da Presidência da República: a primeira vez como sucessor de Castelo Branco, de quem foi ministro da Agricultura, e a segunda vez como sucessor de Ernesto Geisel, de quem foi ministro da Educação e Cultura. Aliás, era de se ver como artistas e intelectuais - inclusive os de esquerda, imensa maioria na época - tinham por Ney o maior carinho e admiração. Ney Braga respeitava e apoiava todas as manifestações artísticas, mesmo aquelas que faziam críticas ao regime ao qual estava politicamente vinculado.

Um dos poucos políticos paranaenses que vivera além do seu tempo. Sua vida, uma lição a ser aprendida por todos que sabem e entendem que vida pública é feita de virtudes públicas e sacrifícios pessoais, e não a fruição fácil de privilégios e vantagens patrimoniais. O Paraná deverá sempre muito a ele, e ao qual Ney Braga sempre foi exemplarmente fiel.

PROJETO DE LEI Nº 414/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A prestação de serviços de implantação, reparos, mudanças e demais atividades afins nas redes de cabeamento estruturado, abrangendo-se nestes, instalações elétricas de transmissão de dados; somente poderão ser executados com a supervisão e acompanhamento de profissionais da área elétrica, devidamente habilitados junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), para tais serviços.

Art. 2º - A liberação de alvarás obedecerá as normas e exigências impostas pelas secretarias municipais de urbanismo e obras em conformidade à lei de utilização do solo do município, exigindo-se além dos projetos essenciais previstos a apresentação de projeto de infra-estrutura, adequando ou prevendo as respec-

tivas redes de instalação à reforma, ampliação ou edificação da obra.

Art. 3º - As empresas que ofereçam seus serviços nas respectivas áreas abrangidas por esta lei, deverão contar com profissional habilitado junto ao CREA em seus quadros, devidamente qualificado, a fim de poder exercer livremente e sem qualquer risco suas atividades.

Art. 4º - As empresas que não possuam em seus quadros, profissional habilitado junto ao CREA, deverão no prazo máximo de 90 dias suprir esta exigência, sob pena de multa, sem prejuízo da suspensão do alvará de funcionamento da respectiva empresa ou licença de funcionamento.

Art. 5º - Os prédios públicos e particulares deverão, no prazo máximo de dois anos, adequar-se à presente lei, apresentando para tanto projetos de implantação de redes de cabeamento estruturado, sob pena de não terem renovados os seus alvarás, licenças ou autorizações expedidas pelo Poder Público, sem prejuízo da aplicação de multas e interdições.

Art. 6º - Ficam excluídos da abrangência desta lei, casas e ambientes residenciais que não ultrapassem o limite de cinco pontos de instalações.

Art. 7º - Para efeito e cumprimento desta lei adotam-se os anexos I referentes às definições, termos e parâmetros técnicos para sua aplicação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto objetiva melhorar a qualidade das execuções de serviços públicos e privados, no que diz respeito as instalações em redes elétricas, oferecendo melhor qualidade e segurança aos usuários.

Através de acompanhamento e supervisão de profissional qualificado e habilitado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), com a respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART), os serviços executados pelas empresas sofrerão uma melhoria na qualidade, o que beneficiará muito os usuários.

Com a presença de profissionais formados e habilitados junto ao CREA, nas realizações dos serviços, teremos, além da qualidade, uma segurança maior sobre os serviços realizados.

PROJETO DE LEI Nº 415/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o “Clube de Idosos Unidos em Cristo de Ouro Preto”, com sede e foro no município de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Com os Estatutos devidamente registrados sob nº 843 em 10 de dezembro de 1998 no Registro de Pessoas Jurídicas, 1º Ofício da comarca de Toledo e inscrita no CNPJ nº 30.015.808/0001-30, a entidade vem realizando um excelente trabalho de integração, difusão de civismo e cultura, numa convivência de pura amizade e companheirismo.

Os associados como a entidade, são merecedores do reconhecimento e apoio de todos os segmentos da sociedade, e para alcançar melhor os seus objetivos, solicitamos a aprovação deste projeto de lei que confere a condição de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 416/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alteradas as leis de criação dos municípios de Altônia, Guaíra, Icaraíma, Marilena, Porto Rico, Querência, São Jorge do Patrocínio, São Pedro do Paraná e Vila Alta, com o objetivo de redefinir seus memoriais descritivos.

§ 1º - Fica alterado o Memorial Descritivo da Lei nº 5394, que criou o município de Altônia, que passará a vigorar com a seguinte redação:

MEMORIAL DESCRITIVO

MUNICÍPIO DE ALTÔNIA

Limites e Confrontações

1 - Com o município de São Jorge do Patrocínio

Inicia na 2ª seção do rio Paraná no ponto projetado pelo rumo da foz do ribeirão São João, MD nº 368.2778-4, latitude 23°48'274S e longitude 54°04'242W, deste ponto atravessa a ilha Grande e 1ª seção do rio Paraná até a foz do ribeirão São João, sobe por este até a sua cabeceira, MD nº 370.2799-3, latitude 23°48'548S e longitude 53°48'323W, deste ponto segue por uma linha reta e seca até encontrar a PR 487, MD nº 369.2799-4, latitude 23°48'274S e longitude 54°04'242W.

2 - Com o município de Pérola

Inicia defronte a cabeceira do ribeirão São João na PR 487, MD nº 369.2779-4, latitude 23°48'274 S e longitude 54°04'242W, segue por esta na direção geral Sudoeste até encontrar o córrego Piriquito, MD nº 324.2779-3,

latitude 23°49'441S e longitude 53°47'105W, desce por este até sua foz ribeirão Saracura, desce por este até sua confluência com o ribeirão Porungos, desce por este até sua foz no rio Xambrê.

3 - Com o município de Iporã

Inicia na foz do ribeirão Porungos no rio Xambrê, deste ponto segue por uma linha seca e reta na direção geral Oeste até encontrar a estrada municipal 005, segue por esta na direção geral Oeste até encontrar o ribeirão Iporã, desce por este até sua foz no rio Piquiri.

4 - Com o município de Terra Roxa do Oeste

Inicia na foz do ribeirão Iporã no rio Piquiri, desce por este até sua foz no rio Paraná.

5 - Com o município de Guaíra

Inicia na foz do rio Piquiri no rio Paraná, deste ponto segue por uma linha reta e seca - no rumo projetado pelo canal do rio Piquiri, - até o lado Oeste da ilha Grande, próximo a ponta sul da ilha do Pavão.

6 - Com o Estado do Mato Grosso do Sul

Inicia no lado oeste da ilha Grande - no ponto de encontro projetado pelo rumo do canal do rio Piquiri - próximo a ponta sul da ilha do Pavão deste ponto segue na direção geral Nordeste pelo limite interestadual Paraná/Mato Grosso do Sul passando a oeste das ilhas do Pavão e Peruzzi até encontrar o ponto projetado pelo rumo da foz do ribeirão São João, MD nº 368.2778-4, latitude 23°48'274S e longitude 54°04'242W.

§ 2º - Fica alterado o Memorial Descritivo da Lei nº 790, que criou o município de Guaíra, que passará a vigorar com a seguinte redação:

MEMORIAL DESCRITIVO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Limites e Confrontações

1 - Com o Estado do Mato Grosso do Sul

Inicia no rio Paraná no limite internacional Brasil/Paraguai, deste ponto segue pelo limite interestadual Paraná/Mato Grosso do Sul - lado Oeste da ilha Grande - até encontrar o ponto atingido pelo rumo projetado pelo canal do rio Piquiri, próximo a ponta sul da ilha do Pavão.

2 - Como município de Altônia

Inicia no rio Paraná no lado Oeste da ilha Grande, no ponto atingido pelo rumo projetado pelo canal do rio Piquiri, próximo a ponta Sul da ilha do Pavão, deste ponto segue por uma linha seca e reta na direção Sudeste até a foz do rio Piquiri no rio Paraná.

3 - Com o município de Terra Roxa

Inicia na foz do rio Piquiri no rio Paraná, desce por este até encontrar a divisa entre as terras da Cia. Mate Laranjeiras e a gleba Terra Roxa - Colônia C - Serra do Maracajú, MD nº 442.2799-2, latitude 24°03'560S e longitude 48°10'000W, segue por esta divisa na direção geral Sul, passando pelo MD nº 441.2799-2, latitude 24°05'051S e longitude 48°09'584W, às margens da

estrada Vila Guarani e pelo MD nº 440.2799-2, latitude 24°10'273S e longitude 28°09'456W, até encontrar a divisa do lote 17 com o lote 18, MD nº 439.2799-2, latitude 24°14'480S e longitude 48°09'451W, deste ponto segue pela divisa dos lotes 18 e 19 com os lotes 39 e 40 na direção geral Oeste até encontrar a divisa dos lotes 20 e 19, MD nº 438.2799-2, latitude 24°14'395S e longitude 48°10'131W, segue por esta divisa na direção geral Sul até encontrar a divisa entre os lotes 25 e 495, MD nº 437.2799-4, latitude 24°15'422S e longitude 48°10'044W, segue por esta na direção geral Sudoeste até encontrar o arroio Chororó, MD nº 436.2799-4, latitude 24°16'281S e longitude 48°10'392W, sobe por este até sua cabeceira, MD nº 434.2799-4, latitude 24°19'292S e longitude 48°09'216W, deste ponto segue pela divisa dos lotes 302, 301, 300 e 68-A com os lotes 567, 566, 565 41 e 72 na direção geral Sudoeste passando pelo MD nº 433.2799-4, latitude 24°20'014S e longitude 48°10'000W, e pelo MD nº 432.2799-4, latitude 24°20'2575S e longitude 48°09'482W, até encontrar a divisa entre os lotes 508 e 508-A, MD nº 431.2799-4, latitude 24°20'258S e longitude 48°10'258W, todos da gleba Terra Roxa - Colônia C - Serra do Maracajú, segue por esta na direção geral Sul até encontrar a cabeceira do córrego Missões, MD nº 430.2799-4, latitude 24°20'587S e longitude 48°10'245W, desce por este até sua foz no arroio Guaçu.

4 - Com o município de Mercedes

Inicia na foz do córrego Missões no arroio Guaçu, desce por este até sua foz no rio Paraná.

5 - Com a República do Paraguai

Inicia no lago da Represa Itaipu - antigo leito do rio Paraná na foz do antigo leito do arroio Guaçu, deste ponto segue na direção geral Norte pelo limite internacional Brasil/Paraguai até encontrar o limite interestadual Paraná/Mato Grosso do Sul.

§ 3º - Fica alterado o Memorial Descritivo da Lei nº 4245, que criou o município de Icaraíma, que passará a vigorar com a seguinte redação:

MEMORIAL DESCRITIVO MUNICÍPIO DE ICARAÍMA Limites e Confrontações

1 - Com o Estado do Mato Grosso do Sul

Inicia na 2ª seção do rio Paraná no ponto do rumo projetado pela foz do ribeirão do Veado, defronte ao MD nº 372.2753-3, latitude 23°20'308S e longitude 53°47'107W, implantado na margem da Ilha dos Bandeirantes, deste ponto segue na direção geral Nordeste pelo limite interestadual Paraná/Mato Grosso do Sul até defrontar a ponta Norte da Ilha Ivaí.

2 - Com o município de Querência do Norte

Inicia no rio Paraná defronte a ponta Norte da Ilha Ivaí, desce pelo rio Paraná até a foz do rio Ivaí, sobe por este até a foz do córrego Duzentos e Quinze.

3 - Com o município de Ivaté

Inicia no rio Ivaí na foz do córrego Duzentos e Quinze, sobe por este até a foz do córrego Tiradentes, sobe por este até a foz do córrego Queixada.

4 - Com o município de Umuarama

Inicia no córrego Tiradentes na foz do córrego Queixada, sobe por este até sua cabeceira, MD nº 331.2754-3, latitude 23°28'495S e longitude 53°27'527W, deste ponto segue na direção geral Oeste pela divisa das glebas 11 e 9 da Colônia Serra dos Dourados até encontrar a estrada Cruzeiro do Oeste/Porto Camargo, deste ponto segue na direção geral Sudoeste pela divisa dos lotes 72 da gleba 5, 7 e 26 da gleba 3 com o lote 8 da gleba 3 da Colônia Serra dos Dourados até encontrar a cabeceira do córrego do Carioca, MD nº 332.2779-2, latitude 23°30'381S e longitude 53°30'341W, desce por este até sua foz no ribeirão do Veado, desce por este até encontrar a estrada Coronel, MD nº 336.2753-4, latitude 23°27'196S e longitude 53°39'465W.

5 - Com o município de Vila Alta

Inicia no encontro da estrada Coronel com o ribeirão do Veado, MD nº 336.2753-4, latitude 23°27'196S e longitude 53°39'465W, desce por este até sua foz no rio Paraná, deste ponto segue pelo rumo projetado pela foz do ribeirão do Veado, atravessando a 1ª seção do rio Paraná e a Ilha dos Bandeirantes até a 2ª seção do rio Paraná, MD nº 372.2753-3, latitude 23°20'308S e longitude 53°47'107W.

§ 4º - Fica alterado o Memorial Descritivo da Lei nº 5678, que criou o município de Marilena, que passará a vigorar com a seguinte redação:

MEMORIAL DESCRITIVO MUNICÍPIO DE MARILENA Limites e Confrontações

1 - Com o Estado do Mato Grosso do Sul

Inicia na segunda seção do rio Paraná, no ponto projetado pelo rumo da foz do córrego Areia Branca, deste ponto segue na direção geral Nordeste pelo limite interestadual Paraná/Mato Grosso do Sul até defrontar a ponta norte da Ilha do Óleo Crú.

2 - Com o Estado de São Paulo

Inicia no rio Paraná defronte a ponta Norte da Ilha do Óleo Crú, deste ponto segue na direção geral Sudeste e em seguida na direção geral Nordeste pelo limite interestadual Paraná/São Paulo até encontrar a divisa entre os lotes 39 e 40 da gleba Margem Direita do ribeirão Areia Branca, MD nº 294.2725-2, latitude 22°37'155S e longitude 53°02'009W.

3 - Com o município de Nova Londrina

Inicia no rio Paranapanema no encontro com a divisa entre os lotes 39 e 40 da gleba Margem Direita do ribeirão Areia Branca, MD nº 294.2725-2, latitude 22°37'155S e longitude 53°02'009W, segue por es-

ta divisa na direção geral Sudeste até encontrar a divisa dos lotes 3, 2 e 1 da gleba Ribeirão do Tigre, MD nº 293.2725-2, latitude 23°37'4962S e longitude 22°37'4962W, deste ponto segue na direção geral Sudoeste pela divisa entre o lote 40 da gleba Margem Direita do Ribeirão Areia Branca com os lotes 3, 2 e 1 da gleba Ribeirão do Tigre até encontrar a divisa do lote 1 com os lotes 69-A, 265 e 293 da gleba Ribeirão do Tigre, MD nº 285A.2725-2, latitude 22°38'525S e longitude 53°01'548W, segue por esta divisa até encontrar o lote 93-B, MD nº 295.2725-2, latitude 22°39'006S e longitude 53°01'021W, deste ponto segue pela estrada que é divisa dos lotes da Imobiliária Marilena com os lotes da Imobiliária Nova Londrina até encontrar a estrada Nova Londrina/Marilena, que é divisa entre a gleba Ribeirão do Tigre e a gleba 14 da Colônia Paranavaí, MD nº 283.2725-2S, latitude 22°45'071S e longitude 53°00'366W, segue por esta estrada na direção geral Noroeste até encontrar a divisa do lote 9 com o lote 10 da gleba 14 da Colônia Paranavaí, MD nº 282A.2725-2, latitude 22°44'529S e longitude 53°01'011W, deste ponto segue pela divisa dos lotes 15, 22, 21, 27, 32 e 37 com os lotes 10, 14, 23, 24, 25, 26, 33, 34, 35 e 36, todos da gleba 14 da Colônia Paranavaí, até encontrar a divisa da gleba 13 da Colônia Paranavaí, MD nº 284A.2725-4, latitude 22°51'146S e longitude 53°02'023W.

4 - Com o município de Loanda

Inicia no encontro da divisa do lote 36 e 37 da gleba 14 da Colônia Paranavaí com a divisa da gleba 13 da mesma Colônia, MD nº 284A.2725-4, latitude 22°51'146S e longitude 53°02'023W, deste ponto segue na direção geral Oeste pela divisa dos lotes 37 e 40 da gleba 14 com os lotes 54, 56 e 57 da gleba 13 até encontrar o córrego São José que é divisa dos lotes 40, 39 e 38 da gleba 14 com os lotes 57 e 58 da gleba 13, MD 262.2725-4, latitude 22°51'087 e longitude 03°04'431, desce por este até a sua foz no ribeirão Areia Branca, sobe por este até encontrar o lote 305 da gleba 21 da Colônia Paranavaí, MD nº 212.2725-4, latitude 22°50'173S e longitude 53°05'582W.

5 - Com o município de São Pedro do Paraná

Inicia no encontro da divisa do lote 305 da gleba 21 da Colônia Paranavaí com o ribeirão Areia Branca, MD nº 212.2725-4, latitude 22°50'173S e longitude 53°05'582W, desce por este até sua foz no rio Paraná, deste ponto segue por uma linha reta atravessando a Ilha do Óleo Crú, até a segunda seção do rio Paraná.

§ 5º - Fica alterado o Memorial Descritivo da Lei nº 4738, que criou o município de Porto Rico, que passará a vigorar com a seguinte redação:

MEMORIAL DESCRITIVO MUNICÍPIO DE PORTO RICO Limites e Confrontações

1 - Com o Estado do Mato Grosso do Sul

Inicia na segunda seção do Rio Paraná no marco de divisa implantado sobre uma pequena ilha, MD nº 298.2725-3, latitude, 22°48'125S, e longitude 53°25'046W, próximo a ilha Japonesa, deste ponto segue na direção geral Nordeste passando a Oeste das ilhas Japonesa e Mutum, até encontrar o MD nº 292.2725-2, latitude 22°44'154S e longitude 53°14'163W, implantado na margem da ilha Mutum.

2 - Com o município de São Pedro do Paraná

Inicia na segunda seção do Rio Paraná, margem da ilha Mutum MD nº 292.2725-2, latitude 22°44'154S e longitude 53°14'363W, deste ponto segue por uma linha seca atravessando a ilha Mutum até encontrar a divisa entre os lotes 4 e 5 da gleba 20 da Colônia Paranavaí, MD nº 203.2725-2, latitude 22°45'261S e longitude 53°14'321W, segue por esta divisa na direção geral Sul até encontrar o lote 62, deste ponto atravessa com a mesma orientação os lotes 62 e 63 até encontrar a divisa do lote 63 com o lote 64, MD nº 210.2725-4, latitude 22°47'375S e longitude 53°14'184W, segue por esta divisa na direção geral Oeste até encontrar a estrada que liga Porto Rico à Santa Cruz do Monte Castelo, MD nº 204.2725, latitude 22°48'021S e longitude 53°15'509W, segue por esta estrada em direção à Santa Cruz do Monte Castelo, até encontrar a divisa dos lotes 94 e 45, MD nº 202.2725-3, latitude 22°51'151S e longitude 53°17'172W, segue por esta divisa na direção geral Sudoeste até encontrar o ribeirão Marrecas, MD nº 209.2725-3, latitude 22°51'593S e longitude 53°14'540W, sobe por este dividindo os lotes 45, 46 e 47 com os lotes 106, 105, 104, 103, 102, 101, 100, 99, 98 97, 96 e 95 até encontrar um afluente que é a divisa do lote 47 com o lote 95, todos da gleba 20 da Colônia Paranavaí, sobe por este até encontrar a estrada São Pedro do Paraná/Santa Cruz do Monte Castelo, MD nº 205.205.2725-4, latitude 22°53'445S e longitude 53°15'113W.

3 - Com o município de Loanda

Inicia no encontro de um afluente do ribeirão Marrecas que é divisa dos lotes 95 com lote 47 da gleba 20 da Colônia Paranavaí com a estrada São Pedro do Paraná/Santa Cruz do Monte Castelo, MD nº 205.2725-4, latitude 22°53'445S e longitude 53°15'113W, segue por esta estrada que é divisa entre as glebas 20 e 16 da Colônia Paranavaí, na direção geral Sudoeste até encontrar a divisa da gleba 23 da Colônia Paranavaí, MD nº 201.2725-4, latitude 22°56'043S e longitude 53°17'029W.

4 - Com o município de Santa Cruz do Monte Castelo

Inicia no encontro da estrada São Pedro do Paraná/Santa Cruz do Monte Castelo que é divisa entre as glebas 20 e 36 da Colônia Paranavaí, com a divisa da gleba 23 da Colônia Paranavaí, MD nº 201.2725-3, latitude 22°56'043S e longitude 53°17'029W, deste ponto segue

pela divisa entre as glebas 20 e 23 na direção geral Noroeste até encontrar a divisa da gleba 27 da mesma Colônia, MD nº 211.2725-3, latitude 22°54'422S e longitude 53°13'588W.

5 - Com o município de Querência do Norte

Inicia no encontro da divisa entre as glebas 23 e 27 da Colônia Paranavaí, MD nº 211.2725-3, latitude 22°54'422S e longitude 53°18'588W, segue por esta divisa até encontrar a divisa entre as glebas, 27 e 20 da colônia Paranavaí, MD 207.2725-3, latitude 22°55'097S e longitude 53°20'079W, segue por esta divisa até encontrar a divisa entre a gleba 20 e 30 da colônia Paranavaí, segue por esta divisa passando pelo MD nº 206.2725-4, latitude 22°53'240S e longitude 53°22'420W, e pelo MD nº 208.2725-3, latitude 22°51'010S e longitude 53°22'100W, até encontrar o rio Paraná, deste ponto segue por uma linha reta atravessando a Ilha Boa Vista e a Ilha Japonesa até encontrar o MD nº 298.2725-3, latitude 22°48'125S e longitude 53°25'046W, implantado nas margens de uma pequena ilha na segunda secção do rio Paraná.

§ 6º - Fica alterado o Memorial Descritivo da Lei nº 253, que criou o município de Querência do Norte, que passará a vigorar com a seguinte redação:

MEMORIAL DESCRITIVO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE Limites e Confrontações

1 - Com o Estado do Mato Grosso do Sul

Inicia na ponta Norte da Ilha Ivaí, no rio Paraná, sobe por este, passando a Oeste das ilhas Santana, Souza, Matarazzo, Jujui, Frade, do Barbado, Floresta, Barriguda, até defrontar o MD nº 298.2725-3, latitude 22°48'125S e longitude 53°25'046W implantado às margens de uma pequena ilha sem denominação.

2 - Com o município de Porto Rico

Inicia na segunda secção do rio Paraná, defronte ao MD nº 298.2725-3, latitude 22°48'125S e longitude 53°25'046W, deste ponto segue por uma linha reta e seca, atravessando a ilha Japonesa até encontrar a divisa entre as glebas 20 e 30 da Colônia Paranavaí, segue por esta divisa passando pelo MD nº 208.2725-3, latitude 22°51'010S e longitude 53°22'100W, e pelo MD nº 206.2725-3, latitude 22°53'240S e longitude 53°22'420W, às margens da estrada que liga Porto Floresta à localidade de Relíquia do Norte, até encontrar a divisa das glebas 27 e 20 da Colônia Paranavaí, MD nº 207.2725-3, latitude 22°55'097S e longitude 53°20'079W, segue por esta até encontrar a divisa entre as glebas 27 e 23 da Colônia Paranavaí, MD nº 211.2725-3, latitude 22°54'422S e longitude 53°18'588W.

3 - Com o município de Santa Cruz do Monte Castelo

Inicia no encontro da divisa da gleba 20 com a divisa entre as glebas 27 e 23 da Colônia Paranavaí, MD nº 211.2725-3, latitude 22°54'422S e longitude 53°18'588W, segue pela divisa entre as glebas 27 e 28 com a gleba 23 na direção geral Sudeste, até encontrar o Córrego da Prata que é divisa entre as glebas 28 e 23 da Colônia Paranavaí, MD nº 297.2754-1, latitude 23°09'014S e longitude 53°27'334W, desce por este até a sua foz no rio Ivaí.

4 - Com o município de Ivaté

Inicia na foz do córrego da Prata que é divisa entre as glebas 28 e 23 da Colônia Paranavaí no rio Ivaí, desce por este até a foz do córrego Duzentos e Quinze.

5 - Com o município de Icaraíma

Inicia na foz do córrego Duzentos e Quinze no Rio Ivaí, desce por este até sua foz no rio Paraná, sobe por este até defrontar a ponta Norte da Ilha Ivaí.

§ 7º - Fica alterado o Memorial Descritivo da Lei nº 7474, que criou o município de São Jorge do Patrocínio, que passará a vigorar com a seguinte redação:

MEMORIAL DESCRITIVO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO Limites e Confrontações

1 - Com o município de Vila Alta

Inicia na 2ª seção do rio Paraná no ponto projetado pelo rumo da foz do rio Paracá, MD 366.2778-2, latitude 23°37'419S e longitude 54°01'117W, deste ponto atravessa a ilha Grande e a 1ª seção do rio Paraná até encontrar a foz do rio Paracá, sobe por este até encontrar a foz do ribeirão Jequitibá.

2 - Com o município de Esperança Nova

Inicia no rio Paracá na foz do ribeirão Jequitibá, sobe por este até a foz do córrego Gaivotas.

3 - Com o município de Pérola

Inicia na foz do Córrego Gaivotas no rio Jequitibá, sobe por este até a sua cabeceira no lote 1 da gleba São Jorge da Byington e Cia. onde alcança a PR 487, MD nº 323.2779-3, latitude 23°42'370S e longitude 53°45'353W, segue por esta na direção geral Sudoeste até defrontar a cabeceira do ribeirão São João, MD nº 369.2779-3, latitude 23°48'542S e longitude 53°46'163W.

4 - Com o município de Altônia

Inicia na PR 487 defronte a cabeceira do ribeirão São João, MD nº 369.2779-3, latitude 23°48'542S e longitude 53°46'163W, deste ponto segue por linha reta e seca até encontrar a cabeceira do ribeirão São João, MD nº 370.2779-3, latitude 23°48'548S e longitude 53°46'323W, desce por este até sua foz no rio Paraná, deste ponto pelo rumo projetado pela foz do ribeirão São João atravessa parte do rio Paraná e a ilha Grande até a 2ª seção do rio Paraná, MD nº 368.2778-4, latitude 23°48'274S e longitude 54°04'242W.

5 - Com o Estado do Mato Grosso do Sul

Inicia na 2ª seção do rio Paraná no ponto projetado pelo rumo da foz do ribeirão São João, MD nº 368.2778-4, latitude 23°48'274S e longitude 54°04'242W, deste ponto segue na direção geral Nordeste pelo limite interestadual Paraná/Mato Grosso do Sul até encontrar o ponto projetado pelo rumo da foz do rio Paracai, MD 366.2778-2, latitude 23°37'419S e longitude 54°01'117W.

§ 8º - Fica alterado o Memorial Descritivo da Lei nº 4788, que criou o Município de São Pedro do Paraná, que passará a vigorar com a seguinte redação:

MEMORIAL DESCRITIVO
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ
Limites e Confrontações

1 - Com o Estado do Mato Grosso do Sul

Inicia no MD nº 292.2725-2, latitude 22°44'154S e longitude 53°14'363W, implantada na margem da ilha Mutum na segunda seção do rio Paraná, deste ponto segue na direção geral Nordeste pelo limite interestadual Paraná/Mato Grosso do Sul até encontrar o ponto projetado pela foz do córrego Areia Branca.

2 - Com o município de Marilena

Inicia na segunda seção do rio Paraná no ponto projetado pelo rumo da foz do córrego Areia Branca, segue por este rumo, atravessando ilha do Óleo Crú até a foz do córrego Areia Branca, sobe por este até encontrar a divisa do lote 305 da gleba 21 da Colônia Paranavaí, MD nº 212.2725-4, latitude 22°50'173S e longitude 53°05'582W.

3 - Com o município de Loanda

Inicia no encontro da divisa do lote 305 da gleba 21 da Colônia Paranavaí com o córrego Areia Branca, MD nº 212.2725-4, latitude 22°50'173S e longitude 53°05'582W, segue por esta divisa na direção geral Sudoeste até encontrar a estrada Loanda/Porto São José, MD nº 213.2725-4, latitude 22°50'454S e longitude 53°08'396W, segue por esta estrada na direção geral Noroeste até encontrar a divisa do lote 255 da gleba 21 da Colônia Paranavaí MD nº 263.2725-4, latitude 22°50'399S e longitude 53°08'448W, segue por esta divisa na direção geral Sudoeste até encontrar o ribeirão Atibaia, MD nº 214.2725-4, latitude 22°51'227S e longitude 53°11'351W, sobe por este até encontrar a estrada São Pedro do Paraná/Loanda, MD nº 216.2725-4, latitude 22°52'114S e longitude 53°12'094W, segue por esta estrada na direção geral Noroeste até encontrar a estrada São Pedro do Paraná/Santa Cruz do Monte Castelo, MD nº 215.2725-4, latitude 22°51'416S e longitude 53°13'279W, segue por esta estrada na direção geral Sudoeste até encontrar um afluente do ribeirão Marrecas que é a divisa do lote 47 com o lote 95 da gleba 20 da

Colônia Paranavaí, MD nº 205.2725-4, latitude 22°55'445S e longitude 53°14'113W.

4 - Com o município de Porto Rico

Inicia no encontro da estrada São Pedro do Paraná/Santa Cruz do Monte Castelo com um afluente do ribeirão Marrecas que é divisa do lote 47 com o lote 95 da gleba 20 da Colônia Paranavaí, MD nº 205.2725-4, latitude 22°55'4.

§ 9º - Fica alterado o Memorial Descritivo da Lei nº 9242, que criou o Município de Vila Alta, que passará a vigorar com a seguinte redação:

MEMORIAL DESCRITIVO
MUNICÍPIO DE VILA ALTA
Limites e Confrontações

1 - Com o município de Icaraíma

Inicia na 2ª seção do rio Paraná no ponto projetado pelo rumo da foz do ribeirão do Veado, MD 372.2753-3, latitude 23°27'308S e longitude 53°47'107W, deste ponto, atravessa a ilha Bandeirantes e a 1ª seção do rio Paraná até a foz do ribeirão do Veado, sobe por este até encontrar a estrada Coronel, MD nº 336.2753-3, latitude 23°27'196S e longitude 53°39'465W.

2 - Com o município de Umuarama

Inicia no encontro do ribeirão do Veado com a estrada Coronel, MD nº 336.2753-3, latitude 23°27'196S e longitude 53°39'465W, segue por esta até as proximidades da cabeceira do córrego Arara, MD nº 363.2779-2, latitude 23°34'233S e longitude 53°39'329W, deste ponto segue por linha seca e reta na direção geral Sudoeste até encontrar a cabeceira do córrego Arara, MD nº 364.2779-2, latitude 23°35'095S e longitude 53°39'287W, desce por este até sua foz no rio Paracai.

3 - Com o município de Xambrê

Inicia na foz do córrego Arara no rio Picaraí, desce por este até encontrar a divisa entre os lotes 387 e 388 da gleba Pindorama Byington e Cia. MD nº 322.2779-2, latitude 23°40'184S e longitude 53°44'485W.

4 - Com o município de Esperança Nova

Inicia no encontro entre a divisa dos lotes 387 e 388 da gleba Pindorama Byington e Cia, com o Rio Paracai, MD nº 322.2779-2, latitude 23°40'184S e longitude 53°44'485W, desce por este até a foz do Ribeirão Jequitibá.

5 - Com o município de São Jorge do Patrocínio

Inicia na foz do ribeirão Jequitibá no Rio Paracai, desce por este até sua foz no Rio Paraná, deste ponto no rumo projetado pela foz do Rio Paracai atravessa a 1ª seção do Rio Paraná e a ilha Grande até a 2ª seção do Rio Paraná, MD nº 366.2778-2, latitude 23°37'419S e longitude 54°01'117W.

6 - Com o Estado do Mato Grosso do Sul

Inicia na 2ª seção do Rio Paraná no ponto projetado pelo rumo da foz do Rio Paracai, MD nº 366.2778-2, latitude 23°37'419S e longitude

54°01'117W, sobe pelo Rio Paraná, a Oeste das ilhas Triângulo, Bandeirantes, Comandante Carlos Lobos dos Santos e Nossa Senhora Aparecida, até encontrar o ponto projetado pelo rumo da foz do ribeirão do Veado, MD nº 372.2753-3, latitude 23°27'196S e longitude 53°39'465W.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.2000.

(aa) BERALDIN

BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

As leis que estabelecem as divisas dos municípios que margeiam o rio Paraná, não citam as ilhas existentes naquele rio como área territorial dos municípios.

Ao longo dos anos, com a colonização e uso dessas ilhas para fins diversos, elas foram na prática integradas como área territorial daquelas unidades administrativas, sem que tenha sido alterada a base legal, ou seja, o memorial descritivo de cada um dos municípios, prejudicando a gestão das atividades realizadas nessas ilhas.

Dessas atividades, com implicações especialmente na arrecadação dos município, entre outras, destacam-se:

1 - Arrecadação de impostos sobre extração de recursos minerais e vegetais

2 - O retorno do ICMS ecológico sobre as unidades de conservação

3 - O retorno do ICMS sobre o território do município

4 - O correto investimento de serviços públicos e assistência aos ilhéus

Em consequência, é necessário redefinir os limites, incluindo para os municípios do Paraná as ilhas que a eles pertencem.

Para tanto, foi efetuado pela Divisão de Cartografia da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em conjunto com as prefeituras, a implantação de marcos de divisa em todo o limite, inclusive, sobre as ilhas, alterando-se as áreas territoriais municipais, conforme demos-tramos a seguir.

Município	Área com perímetro atual	Área redefinida
São Pedro do Paraná	211,240km ²	275,290km ²
Marilena	237,600km ²	253,786km ²
Porto Rico	185,290km ²	232,570km ²
Querência do Norte	833,980km ²	1.326,521km ²
Icaraíma	671,800km ²	697,362km ²
Vila Alta	1.075,251km ²	1.080,767km ²
São Jorge do Patrocínio	361,853km ²	422,235km ²
Altônia	573,994km ²	784,136km ²

Município	Área com perímetro atual	Área redefinida
Guaíra	536,656km ²	602,942km ²

Além de legalizar a questão da definição pela posse das ilhas do rio Paraná, a aprovação dos novos perímetros significará ganhos territoriais aos município envolvidos e facilitará a gestão do território e dos recursos, tanto para os municípios, quanto para o Estado e para a União.

LEI 5394 DE 1966

Autoria: Anibal Khury

Cria o município de Altônia, desmembrado de Xambrê 593/66. Cria o município de Ângulo, desmembrado de Iguaçu 120/89

Diário Oficial: 163 de 16.09.1966

PRO 000001 de 1966

Assunto: Município

Altônia, Ângulo

LEI 4245 DE 1960

Autoria: Anibal Khury

Cria o município de Alto Piquiri P.L. 761/59. Cria o município de Atalaia, P.L. 54/56. Cria o município de Catanduvas, P.L. 761/59. Cria o município de Centro Novo, P.L. 541/95. Cria o município de Flórida. P.L. 1131/57. Cria o município de Iretama, P.L. 168/57. Cria o município de Jurema, P.L. 744/55. Cria o município de Mamborê, P.L. 761/59. Cria o município de Maria Helena P.L. 490/57. Cria o município de Mariópolis, P.L. 983/58. Cria o município de Miraselva, P.L. 762/59. Cria o município de Moreira Sales, P.L. 761/59. Cria o município de Roncador, P.L. 807/55.

Diário Oficial: 119 de 28.07.1960

PRO 000001 de 1960

Assunto: Município

Agudos do Sul, Antonio Olinto, Maria Helena, Adrianópolis, Atalaia, Alto Piquiri, Barbosa Feraç, Campina da Lagoa, Cidade Gaúcha, Catanduvas, Conselheiros Mairinck, Dois Vizinhos, Floresta, Floriano, Fênix, Flórida, Guairacá, Icaraíma, Inácio Martins, Iporã

LEI 9242 DE 1990

Autoria: Eduardo Ferreira Baggio

Cria o município de Vila Alta, desmembrado do município de Umuarama. Instalado em 01.01.93

Diário Oficial: 3260 de 09.05.1990

PRO 000158 de 1989

Assunto: Município

Criação, Vila Alta, Umuarama

LEI 4788 DE 1963

Autoria: Anibal Khury

Cria os municípios de Diamante do Norte, Japurá, Mariluz, Nova Cantú, Paula Freitas, Porto Vitória, Quinta do Sol, Salgado Filho, São Pedro do Paraná, Santa Izabel do Oeste e Tapejara.

Diário Oficial: 221 de 30.11.1963

PRO 000493 de 1962

Assunto: Município

Diamante do Norte, Japurá, Mariluz, Nova Cantú, Paula Freitas, Porto Vitória, Quinta do Sol, Salgado Filho, São Pedro do Paraná, Santa Izabel do Oeste

LEI 5678 DE 1967

Autoria: Paulo Afonso Alves de Camargo

Cria o município de Marilena, desmembrado de Nova Londrina com sede e divisas que especifica.

Diário Oficial: 191 de 20.10.1967

PRO 000418 de 1967

Assunto: Município

Marilena, desmembrado do de Nova Londrina

LEI 4738 DE 1963

Autoria: João Vargas de Oliveira

Cria os municípios de Tapejara, Telêmaco Borba e Porto Rico

Diário Oficial: 102 de 06.07.1963

PRO 000152 de 1963

Assunto: Município

Tapejara, Telêmaco Borba, Porto Rico

LEI 7474 DE 1981

Autoria: Ezequias Losso

Cria o município de São de Jorge do Patrocínio, com os limites e confrontações do atual distrito administrativo de São Jorge, município de Altônia. Alterada pelas Leis nº 9569 de 08.02.91 e Lei 9569 de 08.02.91.

Diário Oficial: 1071 de 23.06.1981

PRO 000049 de 1979

Assunto: Município

São Jorge do Patrocínio, município de Altônia

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Parece-me que o governo do Estado do Paraná acordou, depois de um sono profundo, aonde os reclamos desta Casa, através de diversos senhores parlamentares - entre os quais os deputados Nereu Moura, Orlando Pesutti, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Edson Strapasson, Ângelo Vanhoni, Beraldin, Algaci Tulio, Caíto Quintana, e outros - alertavam ao governo que alguma coisa de

errada estava acontecendo, quando daquela permissão às concessionárias das rodovias, fazendo a entrega de lotes do Estado do Paraná.

Denunciávamos, nesta Casa, que alguma coisa de errado havia. E realmente aconteceu, senhor presidente e senhores deputados. tivemos, na última semana, em diversos jornais do Paraná - inclusive este em nossas mãos - a nota do governo do Estado, depois de ter dormido por tanto tempo, a nota oficial multando o lote 5, denunciando o Paraná que falávamos aqui, deputado José Maria, em todos os sentidos, com todas as letras, aquilo que o governo não queria enxergar.

Depois desta nota oficial do governo do Estado, denunciando a Rodonorte e multando-a em 173 mil e 220 reais, que faltou aos compromissos assumidos na duplicação de 4 Km, na BR-376, na Serra do Cadeado, em Mauá da Serra, onde passávamos e dizíamos, deputado Edno Guimarães, que estavam tirando fotografias tão somente igual a este nosso fotógrafo oficial, desta Casa, de uma realidade que não existia. E tiramos fotografia do trecho e mandamos ao governo do Estado. Uma prova cabal, fotográfica, que mostrava a mentira do governo quando dizia que estava duplicando aquele trecho.

Nesta mesma nota oficial do governo, era a duplicação de 6 Km, da PR-151, entre Castro e Piraí do Sul, que nós, neste Parlamento, denunciávamos que estava tão somente alisando aquela rodovia. E o deputado Plauto Miró Guimarães também era e é o nosso testemunho de que esta denúncia, que agora o governo faz, também já fizemos nesta Casa. E o governo não queria acordar.

A duplicação de 100 Km, entre Apucarana e Ortigueira, 28 Km entre Castro e Piraí para o ano 2002, a restauração de 30 Km de pavimento para o ano de 2000. E assim vai, sucessivamente, o governo colocando na nota oficial do Palácio Iguaçu, aquilo que esta Casa tem registrado nos Anais, tem transcrito nos Diários Oficiais. Tudo que o governo agora vê.

Mas queremos, primeiramente, dizer que nunca é tarde para se recuperar. Podemos errar, como o governo errou, e pode se recuperar como governo está tentando sua recuperação nesta nota oficial.

Logo em seguida a esta nota oficial do governo, veio uma outra nota oficial do Lote 5 da Rodonorte onde diz que é responsável pela geração de 1062 empregos e cerca de 3500 empregos indiretos. E recolheu dois milhões de impostos e tributos, valor que deverá atingir sete milhões no ano 2001.

(Requer o Horário da Liderança do PDT)

Nesta Casa o deputado Beraldin e o deputado que vos fala, pedimos à Sua Excelência o governador e o secretário de Transportes de então, para sabermos o que tinha arrecadado, como tinha sido empregado e qual era o saldo verificado nas contas do Lote 5 e de outros do Anel de Integração. Não recebemos, até a presente data, a resposta oficial. Mas, queria dizer que há uma saída ainda para o governo do Estado, através de um requerimento que estou apresentando à Casa: para que esta intenção,

não só de multar mas de denunciar os contratos com as permissionárias de serviço, desejam retiradas destas firmas e sejam entregues ao competente, ao cinquentenário Departamento de Estradas de Rodagem. O DER demonstrou durante todos estes anos a sua competência.

E, cobrando uma taxa justa, um pedágio onde não se verificaria lucro e muito mesmo dinheiro para se pagar empréstimos internacionais, o DER do Paraná teria condições de fazer com que o Paraná seja atendido não tão somente nos dois mil e poucos quilômetros do Anel de Integração, mas também nas vicinais. O deputado Edno Guimarães reclama de Cianorte, eu e o deputado Pessuti reclamamos da ligação à Reserva, Cândido de Abreu, Ivaiporã, Grandes Rios, enfim, toda esta malha secundária e, o governo do Paraná, pela sua incompetência deu esta condição a estas permissionárias e fez com que o DER não atenda aquilo que é necessário a todo o Paraná. Toda imprensa falada, escrita e televisionada mostra e o governo não quer enxergar

Além da pista de rolamento, daquilo que todos visualizamos que é a tapeação de pintar as faixas, de capinar o mato, tem uma coisa muito pior que o próprio deputado Luiz Carlos Alborghetti estranhava: “Deputado Zuk, é verdade este pedágio do gás?”

Está aqui em minhas mãos a resposta da Rodonorte, assinada pelo seu diretor onde o gás que é assentado, deputado Alborghetti, pela Companhia Paranaense de Gás, que é conservado por ela, que o solo é do Paraná e de todos os paranaenses, a Rodonorte diz que dá um ano de carência para que aquele duto que está chegando à minha cidade não cobre nada no primeiro ano, mas no segundo, no terceiro e quarto ano, quatro mil reais por quilômetro; no quinto, sexto e sétimo ano, seis mil reais o quilômetro e a partir do oitavo, nono e décimo ano, 8 mil reais o quilômetro.

Sai o gás de Araucária, vai a Campo Largo e chega a Ponta Grossa, de Ponta Grossa vai a Apucarana, a Londrina, a Umuarama, a Foz do Iguaçu, volta em Cascavel, chega em Guarapuava e retorna em Araucária.

Vai cobrir o Anel de Integração dois mil quilômetros. É fácil fazer a conta, deputado Caíto Quintana, dois mil quilômetros a partir do oitavo ano a oito mil reais o quilômetro, vai dar 160 milhões de reais por ano para as concessionárias do pedágio do gás.

Este é o maior roubo que o governo do Estado do Paraná está fazendo contra a economia do nosso Estado, contra a família paranaense aquela que na minha cidade, por exemplo, a Sadia que fabrica pizza, a Tetrapak que fabrica embalagem do leite de todos, aonde vai estourar o pedágio do gás?

Na ponta do consumidor, porque vai ser embutido no preço a ser industrializado nestas grandes indústrias da minha cidade e de todo o território do Paraná. Este é o roubo mascarado que o governo do Estado do Paraná faz contra a família paranaense.

Se o governo teve coragem de fazer uma nota oficial denunciando o não cumprimento das pistas de rola-

mento, o governo do Estado do Paraná que tenha a coragem de denunciar este contrato com a Companhia Paranaense de Gás, porque é um contrato que realmente dilapida a parca economia de uma família que ganha um salário mínimo de 151 reais.

Meus amigos deputados, água mole em pedra dura, tanto bate até que fura, e agora vamos furar com a ajuda do PSDB, com a presença do Álvaro Dias e do Osmar Dias nos emprestando o aval a esta Casa, para fazermos aqui a CPI do Pedágio, a CPI dos Jogos da Natureza e teremos, com a imprensa aqui testemunha, a honra, a dignidade que se tudo estiver certo, chegaremos a esta tribuna aonde estamos denunciando estes roubos, voltarmos atrás e cumprimentarmos o governo do Paraná se ele estiver certo, se os Jogos da Natureza não deram prejuízo para o Estado, se o pedágio do gás é aquilo que a família do Paraná merece e se as pistas de rolamento que foram entregues a pessoas que somente são mercantilistas e visam lucro, estaremos juntos realmente aplaudindo o governo do Estado dentro daquilo que somos coerentes. O que estiver certo estaremos ao lado, mas o que estiver errado temos o dever, e principalmente, a responsabilidade de transmitir ao Estado do Paraná aquilo que ocorre em todo o solo paranaense.

Quero, senhor presidente, senhores deputados, que esta Casa aprove o requerimento para que o governador tenha em mãos, um requerimento desta Casa endossando a nota oficial que ele fez, estendendo ela o famigerado pedágio do gás e dando oportunidade que ele devolva ao DER do Paraná, através de um ato que poderá ser a denúncia dos contratos, dando a condição do DER do Paraná fazer uma taxa que dê realmente aquilo que é necessário que hoje está dando que é lucratividade.

O DER é uma instituição que nunca visou lucro, visou bem-estar do povo do Paraná e vai fazer uma taxa de pedágio, senhor presidente, honesta, séria, e realmente dirigida não a lucro, não a capital estrangeiro; mas a nós paranaenses, que é que realmente darmos continuidade para que o Paraná seja o que é.

Encerro, senhor presidente e senhores deputados, dizendo que voltaremos tantas quantas forem preciso nesta tribuna, se não forem aceitas essas ponderações, estaremos vigilantes, agora somados com os companheiros do PSDB na CPI do Pedágio, e na CPI dos Jogos da Natureza.

Muita obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.
Com a palavra o deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Senhor presidente, tem sobre a Mesa duas solicitações ao secretário de Segurança Pública, ex-deputado José Tavares, pedindo a instalação de um pequeno destacamento, ou coisa que o valha, da Polícia Militar do

Estado do Paraná em dois pontos cruciais do nosso Estado. Um deles é o Porto de Paranaguá, o ou outro é a Ponte Internacional da Amizade.

Olha, senhor presidente, senhores parlamentares, tenho ouvido reclamações constantes de caminhoneiros do interior do Paraná que têm sido assaltados de dia, desavergonhadamente na fila aguardando local e hora para desembarque de suas cargas, no pátio do estacionamento do próprio Porto de Paranaguá. Assaltantes chegam, assaltam caminhoneiro descaradamente, ameaçam o caminhoneiro ainda que, se falar ou pedir alguma coisa para os seu companheiros, será executado por parceiros seus que estão por aí. Saem a pé entre os caminhões e nada acontece porque ninguém tem autoridade para ir atrás desses cidadãos.

É muito fácil para o Estado, já que tantos e tantos compromissos, encargos, dificuldades, possui o caminhoneiro durante todo o trecho quando viaja a noite, quando passa por quebra-molas, quando estraga na beira da estrada, é impossível que não possamos oferecer segurança pelo menos num momento em que eles estão parados, esperando para descarregar e exportar o produto do nosso País e do nosso Estado.

É lamentável que isto esteja acontecendo e seria de suma importância que a Secretaria de Segurança Pública pusesse policiais dando segurança a esses irmãos de estrada que estão aí, inclusive contribuindo com o pagamento da conservação das nossas rodovias através do pedágio.

Segundo ponto crucial: Ponte Internacional da Amizade lá em Foz do Iguaçu. Dias desses, senhor presidente, - creio que a grande maioria aqui presente viram, - o turista que já tem fugido do nosso Estado e do nosso País por uma série de razões, hoje está sendo assaltado no instante que está com o seu carro na fila para passar a ponte e ir ao Paraguai, mas assaltado por pessoas que estão cobrando vaga, inclusive para permitir que cidadão que paga cinco ou dez reais fure a fila para passar na frente do outro; e se não pagar passa a ser desrespeitado, passa a ser trancado de não poder passar, e passa a ser assaltado sem que nada aconteça, saindo aí à luz do dia.

Vi no Jornal Nacional, senhor presidente e senhores parlamentares, e não consigo entender como que um canal de televisão ficando duas, três horas no máximo, postado num lugar consegue filmar um assalto, filmar aonde vai o assaltante, quais são os seus companheiros na partilha do roubo. E ele retornando, assaltar um outro motorista, uma outra senhora, um outro cidadão que está no seu carro, coma janela aberta, inadvertidamente, e rouba de novo, e a Polícia não é capaz de identificar estas pessoas que são sistemáticas no mesmo local, praticando o mesmo delito!

Então, acho que essa discussão que se tem na Ponte Internacional, sob a responsabilidade de quem? Se é da Polícia Federal, se é da Polícia Rodoviária Federal, não nos importa, como cidadãos! Como cidadão nos importa que se dê a segurança para aquele que está lá! E é

vergonhoso para o Estado do Paraná, que vende através das Cataratas do Iguaçu, da Usina de Itaipu, do município de Foz do Iguaçu, vende para o Brasil inteiro e para o mundo inteiro a imagem de uma cidade de turismo e permita que trombadinhas roubem do cidadão que está sentado, como sua família, dentro do carro, a jóia do seu pescoço, o anel do seu dedo, como se isso não fosse questão de segurança pública!

Então, gostaríamos de reforçar o pedido para que, se aprovados estes requerimentos, a Secretaria de Segurança Pública desse atenção a esses que fazem turismo e desse atenção a esses nossos pobres caminhoneiros que já não aguentam mais os encargos que têm e ainda são roubados, no resto que lhes sobra, aguardando na fila do Porto de Paranaguá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Terceiro orador inscrito. Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

O deputado Caíto Quintana, o deputado Luiz Carlos Zuk já abordaram o problema relacionado ao aumento na tarifa do pedágio, no Paraná. Também abordamos na quinta-feira, pela manhã, aqui nesta Casa, mas nem de longe, senhor presidente, imaginávamos o que viria na sequência, as atitudes do governo do Estado. Na sexta-feira, pela manhã, lá no interior do Paraná, lendo os jornais, nos deparamos com as notícias dando conta que o governador Jaime Lerner estaria entrando na Justiça, para barrar o aumento no pedágio que ele havia concedido na quarta-feira às concessionárias. Ora, isso foi a mesma coisa que dizer ao povo do Paraná que ele é burro e que o governador queria provar isso. Se durante dez, quinze dias o governador Jaime Lerner vinha na imprensa do Paraná e a imprensa cobrava do governador quando sairia e quanto seria o aumento das tarifas do pedágio, o governador dizia: -"Estamos analisando, estamos analisando, estamos vendo, a nossa equipe técnica está verificando e no momento oportuno nós vamos conceder o aumento, para cumprir o contrato que foi firmado judicialmente".

Na quarta-feira, pela manhã, o diretor geral do DER, homem de confiança do governador Jaime Lerner, reuniu a imprensa e concedeu uma entrevista coletiva, onde anunciou o índice da tarifa do pedágio, em todas as praças do Paraná. E ainda mais, anunciou também que o governo estava multando três concessionárias do Anel de Integração.

Subimos aqui nesta tribuna para fazer o nosso protesto contra o aumento indevido que o governo havia oferecido às concessionárias.

Mas, senhor presidente, todas as pessoas que vivem neste Estado teriam o direito de entrar na justiça contra o aumento no pedágio, menos uma, que é exatamente o governador Jaime Lerner, porque foi ele quem

criou o pedágio no Paraná, foi ele quem deu o aumento no mês de março de 116% nas tarifas do pedágio, foi ele quem autorizou o diretor geral do DER, Paulinho Dalmas, ao anunciar para a imprensa do Paraná um aumento de 22% no pedágio a vigorar a partir da zero hora do sábado passado.

Agora, senhor presidente, vir o governador anunciar à imprensa do Paraná que estaria entrando na Justiça para barrar o aumento que ele havia concedido um dia antes, é uma vergonha, é falta de seriedade, é na verdade, subestimar a inteligência do povo do nosso Estado, como eu disse aqui, como a chamar o povo de burro e dizer que prova que o povo é burro. Não dá para aceitar uma atitude demagógica, pueril, infantil, e tem só um objetivo senhor presidente, de enganar o povo querendo se passar como o defensor do povo, este mesmo povo que o governador não cansa de maltratar e de prejudicar.

Então, estamos aqui para dizer que como paranaense, ao pegar os jornais na sexta-feira pela manhã, não conseguia acreditar, não conseguia imaginar que o governador Jaime Lerner, tivesse a desfaçatez, a coragem de criar uma novela, de criar um quadro cômico para fugir à sua responsabilidade de homem público, não conseguia imaginar que aquele governador que criou o pedágio, que aumentou o pedágio, que prejudicou o povo do nosso Estado, pudesse ter a capacidade extraordinária de criar uma figura infantil dizendo que ia entrar na Justiça contra o aumento do pedágio.

Senhor presidente, falamos aqui na tribuna da Assembléia, na quinta-feira pela manhã, e dissemos: “Olha o paradoxo do governo Jaime Lerner, se ao mesmo tempo o DER anuncia a multa às concessionárias que não cumpriram com o contrato”. Por que o governo dá aumento para as concessionárias se o próprio governo diz que as concessionárias não cumpriram com o que estava estabelecido no contrato e aplica multa? E por que o governo dá aumento para as concessionárias? Falamos aqui da tribuna da Assembléia, e a farsa ficou mais clara ainda, a farsa, o estelionato ficou maior ainda, senhor presidente, quando todos sabemos que não há necessidade de ser recorrer à Justiça para romper este tipo de contrato, pois o interesse público se sobrepõe ao privado, e o governador poderia com um simples ato romper o contrato por falta de cumprimento.

Jamais ele deveria ir na Justiça para requerer este direito, o interesse público se sobrepõe ao interesse privado e o governador poderia, este mesmo contrato que ele solenemente assinou, poderia ter rompido solenemente no Palácio Iguazu para a felicidade do povo do Paraná, mas quis o governador seguir o outro caminho, o caminho que o desmoraliza, o caminho que o torna, na verdade, motivo de chacota, ao entrar por este caminho pueril, infantil, da farsa e da demagogia.

Então, queremos colocar aqui, a nossa posição. Queríamos ver a imprensa do Paraná anunciar, na sexta-feira, que o governador Jaime Lerner estava rompendo o contrato com as concessionárias, porque os contrato não

estavam sendo honrados pelas concessionárias. Era esta a notícia que nós, do Paraná, queríamos ver e ouvir. Mas, não foi este o caminho, senhor presidente. Lamentavelmente, não foi.

E o povo do Paraná, entristecido, amargurado, chora ao ter que passar na praça do pedágio, porque no sábado, ainda, a Justiça Federal, laconicamente, negou aquela medida que o governador pleiteava judicialmente, porque a Justiça também entendeu que era uma atitude politqueira, para enganar o povo do Paraná. E de pronto indeferiu o pleito do governador, porque foi o próprio governador quem autorizou o aumento do pedágio. E isto ele deixou claro todas as vezes que ele se referiu à imprensa do Paraná.

Vamos ter que aguentar, senhor presidente. O povo do Paraná vai ter que chorar, penar, ao passar nas praças do pedágio e tirar do bolso aquele recurso sagrado, com suor, para poder pagar o triste pedágio criado pelo governador Jaime Lerner, no nosso Estado do Paraná.

E, aqui nesta Casa, nós esperamos que hoje nós possamos protocolar na Mesa a CPI do Pedágio, para nós destamparmos esta caixa preta, para entrarmos nas entranhas deste processo e mostrarmos ao povo do Paraná por que é que o pedágio do Paraná é um dos pedágios mais caros do mundo. Por que é que o pedágio do Paraná é aviltante, é perverso e cruel e machuca o coração do povo paranaense. Hoje, queremos completar as assinaturas já apostas num documento, pelo PSDB, para que nós possamos, ali no protocolo desta Casa, ficarmos na fila para implantarmos a CPI do Pedágio, e investigarmos a fundo esta pouca vergonha que nós temos que estar aqui, discutindo, ouvido e assistindo, um governo que desrespeita os sentimentos do povo do Paraná.

É esta a posição do PMDB, que sempre se colocou contra o pedágio, contra a concessão das rodovias, contra este negócio de “compadres” que o governo fez com alguns empresários ricos do Paraná. Esta é a posição do PMDB. E vamos defendê-la com garra e entusiasmo, denunciando para o Paraná inteiro esta negociata, feita nos porões do governo Jaime Lerner!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O quarto orador inscrito é o deputado Algaci Tulio, a quem concedemos a palavra.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, e senhores deputados, venho à tribuna, nesta tarde de segunda-feira, para fazer um apelo a esta Casa, no sentido de que a Assembléia Legislativa do Paraná tome a iniciativa de verificar a situação em que se encontra a obra inacabada, o prédio que deveria ser o fórum da cidade de Curitiba. Não é possível, senhor presidente, à nossa frente, escancarado este edifício sem que se tenha uma solução. Se o ideal é implodí-lo ou o ideal é concluí-lo.

Não entro no mérito até porque técnico não sou, sou leigo nesta matéria, na verdade não se sabe exata-

mente até hoje a que ponto está esta obra, se ela é possível ainda de aproveitamento ou não.

Mas entro nesta Casa requerendo uma constituição de uma Comissão Especial destinada a verificar as reais condições estruturais do esqueleto do Forum de Justiça de Curitiba e levantar o histórico da obra. Com base nos artigos 34 e 35 do Regimento interno, requer a constituição de Comissão Especial com participação externa, com o fim de verificar as reais condições de aproveitamento ou não do esqueleto do Forum de Justiça de Curitiba e proceder o levantamento do histórico da obra e a sua conseqüente paralisação.

O esqueleto da obra em questão, tornou-se objeto de vergonha pública e, não se admite que tal situação persista dentro do Centro Cívico do Paraná, na frente da Assembléia Legislativa.

A imprensa tem focalizado exaustivamente à questão, mostrando que a obra inacabada já custou aos cofres públicos a importância de 14 milhões de reais.

A sociedade pergunta aos poderes constituídos e, inclusive, desta Casa - a quem cabe a responsabilidade?

A quem responsabilizar pela obra iniciada e pela obra não acabada?

A quem cabe esta responsabilidade?

As opiniões técnicas sobre o aproveitamento ou não, sobre a implosão ou não da obra se dividem. Esclarecer estas questões, e as dúvidas existentes em torno do monumento, da vergonha grotescamente implantada no centro de decisões políticas do Paraná é o que se requer que seja feito por uma Comissão Especial aqui da Assembléia.

Sugiro ao Poder Legislativo que seja composta esta comissão por cinco membros do Poder Legislativo, um membro do Poder Executivo, representando a Secretaria de Obras - DECOM, o Poder Judiciário - Tribunal de Justiça, o Ministério Público, o CREA, a OAB, para que dentro de dez dias possamos apresentar primeiro, a análise da situação estrutural da obra; segundo o histórico da obra, causas e responsabilidades pela paralisação; e terceiro, sugestões para a ocupação na possibilidade do aproveitamento da estrutura existente.

Tudo isso acho que é o mínimo que esta Casa pode fazer, em razão que estamos aí com uma obra já de há anos parada, estão aí os jornais, a imprensa a dizer que o governo gastaria agora mais ou menos 100 mil reais, para deixar de existir aquele esqueleto, dando espaço a um novo empreendimento, ou a uma área de lazer este é o custo estimado para que uma empresa especializada faça a implosão da estrutura, segundo informava o engenheiro Manoel Dias, da CDI - Construção, Desmonte e Implosão, companhia paulista que fez cerca de 60 implosões no Brasil, entre elas a do Palace II, no Rio de Janeiro, do Hotel Stela Maris, na Bahia, e das instalações da antiga COSI em Mogi das Cruzes, com 86 mil metros quadrados.

O que precisamos na verdade, é dar um direcionamento a isto.

Ao propor esta comissão, composta por membros desta Casa, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados é no sentido de dar uma satisfação à sociedade, que quer saber a quem cabe a responsabilidade.

Quem vai pagar os custos disso? O que é que vai se fazer com aquele prédio, se vai aproveitá-lo ainda ou não?

Até dou aqui uma idéia, ligeiramente, não sou técnico mas até a Prefeitura de Curitiba poderia utilizar aquele prédio, desmontando três ou quatro andares para que fique no nível dos outros prédios e aproveitar para alguma Secretaria, para algum espaço cultural da cidade de Curitiba, porque até para implodí-lo vai causar problemas, vai destruir a praça que o governo gastou recentemente dinheiro para fechar aquela área.

Faço o pedido da criação da comissão no sentido de que ela procure o mais depressa possível, até porque estamos para encerrar este período legislativo, e seria bom se no prazo de dez dias, esta comissão já formada, pudesse dar os seus primeiros resultados como satisfação à sociedade parnaense.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança da Oposição, concedo a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

A nossa presença na tribuna no dia de hoje, diz respeito ao assunto do Banco Itaú, Banco do Estado do Paraná, Copel. Os jornais de circulação nacional e os daqui desde a semana passada comentam este assunto e não poderíamos deixar de comentar para que fique registrado nos Anais da Casa e para que as providências sejam tomadas por esta Casa e pelo governo, para que se evite o pior para os destinos da nossa Copel.

Diz a manchete publicada na Gazeta Mercantil do dia 29, quarta-feira da semana passada:

“Itaú pode ganhar controle da Copel. O governo do Paraná deu ações da empresa como garantia das dívidas do Banestado”.

Todos sabemos que essa história vem desde os momentos em que se discutia a nível de Congresso Nacional, a nível de Senado, a CPI dos Precatórios e quando se denunciava que o Estado do Paraná, através do Banco do Estado, tinha feito um péssimo negócio ao adquirir títulos do governo de Pernambuco, Santa Catarina e das prefeituras de Osasco de Alagoas e Guarulhos. Naquela ocasião, foi este assunto denunciado fartamente pela imprensa estadual, nacional, pelas televisões através do relator da CPI, Senador Roberto Requião.

Todos sabemos que depois, quando esses títulos não foram honrados por quem os emitiu, que o governo do Estado do Paraná teve que dar em caução 415 milhões

de ações da Copel, para garantir esses títulos que não tinham sido honrados pelos governos e prefeituras que os emitiram. Essa caução vence agora em 31 de dezembro e o Tesouro Estadual só tem duas alternativas: ou conseguir com o Banco Itaú o repactuação desse prazo, renegociar uma nova data para a liquidação desta pendência que tem o Tesouro Estadual para com o Banco Itaú, ou então permitir, deixar que as ações sejam tomadas pelo Banco Itaú, ações essas que correspondem a 30% do valor patrimonial, mas do capital da empresa de energia do Estado do Paraná.

Isso nos traz preocupação, porque afinal de contas, todos sabemos da importância que tem a Copel para os parlamentares, para os brasileiros e não poderíamos permitir que a Copel fosse entregue de mão beijada por apenas 415 milhões para o Banco Itaú. Nesse sentido, no dia 21 de novembro, aprovamos nesta Casa um pedido de informações ao secretário de Estado da Fazenda, para saber dele como estavam as negociações, as tentativas com o Banco Itaú e a Copel.

Nesse sentido peço a Vossa Excelência que determine à assessoria da Mesa, à assessoria de expediente, que adote as medidas mais urgentes possíveis, para que este pedido de informações chegue o mais rapidamente à Copel para que ela possa nos informar dos procedimentos. Porque as notícias que estão vindo através dos jornais, dão conta de que o Estado não fez a provisão orçamentária, dão conta de que o Estado não possui esses 415 milhões para honrar esta caução das ações da Copel perante hoje, o Banco Itaú, e que corremos o risco de ter o controle da Copel - já, a partir de janeiro, não mais na mão do Estado do Paraná, mas na mão do Banco Itaú.

Concedo aparte ao deputado Beraldin.

O SR. BERALDIN

Deputado Orlando Pessuti, penso que é muito oportuna a sua manifestação na tribuna desta Casa para abordar essa caução das ações da Copel junto ao Banco Itaú, e também a caução da Copel junto ao BNDES. Sabemos que o governo do Estado negociou com o BNDES em torno de um bilhão e meio de ações da Copel e mais quatrocentos e poucos milhões junto ao Banestado. Dinheiro esse para garantir a compra desses papéis de Santa Catarina, de Alagoas e outros Estados. Sabemos extra-oficialmente, que Santa Catarina não concordou ainda em honrar esses 50 milhões. Não sabemos também se os outros Estados honraram esse compromisso com o Estado do Paraná. Sei por notícia extra-oficial, que o Estado se socorreu por algumas vezes do Banco Central para que intervisse junto aos Estados para que honrassem esses títulos. Agora o fato é que a nossa Corretora Banestado comprou títulos podres, após aquela famosa notícia dos títulos podres no Brasil. Aqui no Estado depois daquela famosa notícia que estão aconteceu a CPI Nacional, foram vendidos mais 50 e poucos milhões de reais de títulos podres que estão, aqui, hoje, nas costas talvez do

governo do Paraná ou talvez em cima do patrimônio da nossa Copel.

Então Vossa Excelência, faz um pronunciamento a esta Casa muito importante, e acho que não é dever da Assembléia saber, mas é obrigação do Poder Público, deste Poder Constituído que é a Assembléia Legislativa, saber exatamente em que pé andam essas negociações tanto com o BNDES quanto com o Banco Itaú. Portanto, saúdo Vossa Excelência por vir a esta tribuna num momento tão oportuno, como este, para levarmos à baila este assunto tão importante.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço ao deputado Beraldin pelo aparte. E a preocupação nossa vai além, realmente, dessa caução junto ao Banestado para garantir os títulos podres de Pernambuco, Alagoas, Santa Catarina, Osasco e Guarulhos. O nosso requerimento pede o seguinte: forneça a relação dos contratos celebrados pelo Estado do Paraná com as instituições financeiras que envolvem ações da Copel, dadas em caução ou garantias a tais operações, seus valores e datas dos respectivos vencimentos. Não se trata apenas e tão somente da questão envolvendo caução de ações perante o Banestado/Itaú. Mas se trata de todas as operações que envolveram as ações da Copel, trata-se de todas as operações em que as ações da Copel foram dadas como garantias. Até para que todos nós possamos saber quantas ações ainda possui a Copel, que possam ser, realmente, negociadas e transformadas em recursos, em dinheiro vivo, para que o Estado possa desse dinheiro usufruir.

Quero também, nesta tarde, senhor presidente, manifestar-me, e o faço através de dois requerimentos ao Plenário votos de congratulações aos jornalistas Milton Ivan Heller e a jornalista Maria Duarte, pelo lançamento, hoje, às 17:00 horas no Salão Nobre desta Casa, do livro "Memórias de 1964". Sem sombra de dúvidas, o trabalho do Milton Ivan e da Maria Duarte resgata uma página que para muitos foi uma página triste na história da política, da segurança Pública e da repressão neste País. E, sem sombra de dúvidas, é importante que todos possamos prestigiar, na tarde, de hoje, o Milton Ivan e a Maria Duarte por este trabalho. Um trabalho de pesquisa, um trabalho de estudos que eles se dedicaram em favor da história política do nosso País e do nosso Estado.

Portanto, os nossos cumprimentos ao Milton Ivan e a Maria Duarte pelo trabalho que, hoje, entregam a todos nós, os paranaenses e brasileiros.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos senhores deputados Beraldin e Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 226/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial destinada à preservação de doenças. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 226/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir campanhas de mensagens destinadas à preservação de doenças, promovidas pela administração direta, indireta ou fundacional do Estado, veiculadas pela televisão e com tradução simultânea para a língua brasileira de sinais - Libras.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.11.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do projeto de Lei nº 322/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Fundação para Combate ao Câncer

Rosala Calixto Hakim, com sede em Curitiba. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 344/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme. Prorroga os efeitos da Lei nº 9578 de 14 de março de 1.991. **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade de Quatro Pinheiros de Mandirituba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/2000, que altera a Lei Complementar nº 01 de 02 de agosto de 1972. (Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marumbi, com sede em Marumbi e foro em Jandaia do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 040, de 26.04.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 120/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos do Excepcionais de Marumbi, com sede no município de Marumbi e foro no município de Jandaia do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria e após ter concluído um ano de personalidade jurídica, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa do Pai, com sede em Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 076, de 13.06.2000.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 193/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Casa do Pai, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria e após ter concluído um ano de personalidade jurídica, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho. Institui o Dia Estadual da Promoção da Saúde Bucal. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123, de 19.09.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 307/00

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 307/00, de autoria da deputada Serafina Carrilho, institui o “Dia Estadual da Promoção da Saúde Bucal”, a ser comemorado anualmente, no dia 25 de outubro.

A informação é essencial para o combate a doenças bucais e nessa linha a aprovação desta matéria é de grande importância.

No âmbito de atuação desta Comissão, emitimos nosso parecer Favorável, à tramitação da matéria em questão.

Sala das Comissões, em 17.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 307/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 307/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, instituindo o “Dia Estadual da Promoção da Saúde Bucal”, é sem dúvida uma brilhante

iniciativa, e merece todo nosso apoio, pois visa combater um problema grave, através de mecanismos preventivos, cujos custos são irrisórios face ao benefício proporcionado à população em geral.

Recomendamos que o presente projeto de lei seja submetido à Secretaria de Estado da Saúde, que é o órgão que fará a programação e a supervisão de todas as atividades inerentes ao “Dia Estadual da Promoção da Saúde Bucal”, e que a mesma emita parecer com relação à viabilidade do projeto em apreço.

No âmbito de atuação dessa Comissão, emitimos nosso parecer Favorável, à tramitação da matéria em questão.

Sala das Comissões, em 27.11.2000.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2347, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2356, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimentos nºs 2357, 2358 e 2387, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2359 a 2361, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2362 e 2363, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2364 e 2365 de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2366, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2368, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2370 e 2384 a 2386, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2371, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nº 2374 a 2379, 2382 e 2383, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2380, 2381 e 2387-A, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de encerrar a sessão, esta Presidência conforme dispõe a Resolução 011/2000, de 30 de novembro de 2000, marca Sessão de eleição da Mesa da Assembléia Legislativa para o dia de amanhã, às 14:30 horas na qual serão eleitos os membros da Mesa Executiva deste Poder para a terceira e quarta Sessões Legislativas, da décima quarta Legislatura.

Portanto, a eleição é amanhã, às 14:30 e eu gostaria antes de encerrar a sessão, convidar aos senhores deputados para o lançamento do livro Memórias de 1964, livro este escrito por Milton Ivan Heller, jornalista cujo deputado Orlando Pessuti, presta votos de congratulações em nome da Assembléia. O lançamento deste livro será as 17 horas, no Salão Nobre desta Casa.

Portanto, reitero aqui o convite aos nossos nobres Pares.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2000.

“A melhor solução para o mínimo”

Gazeta do Povo

O acordo em torno do novo valor do salário mínimo, fechado entre o governo e as lideranças partidárias no Congresso, deve ser considerado um dos momentos políticos mais importantes deste fim de ano, caso dificuldades de última hora não causem um imprevisto naufrágio.

Na verdade, o que se deve saudar, caso o acordo seja cumprido, não é propriamente a fixação do mínimo de cento e centro e oitenta reais, melhor do que a hipótese anterior na base dos cento e setenta e seis reais, mas ainda muito aquém do que seria idealmente necessário. A efetiva importância do acordo reside, sim, na solução encontrada para assegurar os recursos necessários ao pagamento do novo mínimo, que repercutirá no sistema previdenciário com o reajuste de aposentadorias, pensões e outros benefícios.

Até agora tem predominado, sempre, a opção simplista de apurar mais recursos mediante o aumento da carga tributária. Isso não é mais possível, como, a alto e bom som, reconheceu o próprio presidente da República, no início da semana.

O acordo marca uma verdadeira reversão na tendência de “solucionar” carências das finanças públicas criando novos gravames. O problema era saber como

cobrir o “déficit” de dinheiro para pagar os quatro reais que faltavam para ser atingido o patamar de cento e oitenta reais. Dentro do antigo padrão, logo se pensou em ressuscitar o objetivo de descontar dos aposentados do serviço público federal a taxa previdenciária.

“Solução” complicada, pois a incidência desse encargo já foi anteriormente rejeitada pelo Congresso e invalidada por decisões do Judiciário. Insistir na “solução”, mesmo que encargo semelhante vigore em outros países, seria abrir nova frente de luta entre o governo e os parlamentares, além de envolver a perspectiva de novos recursos à Justiça, desde que a batalha legislativa fosse realmente vencida pelo governo.

Qual a alternativa para evitar essa conturbada forma de aumento da receita? Optou-se por uma solução rarissimamente concretizada entre nós: cortar despesas. Os próprios parlamentares abriram mão do direito de incluir no orçamento da União despesas cobertas pelo Fundo de Reserva e isso vai permitir, se não houver nenhum acidente de percurso, que o novo salário mínimo possa vigorar.

Como este jornal sempre tem defendido a racionalização das despesas públicas, aplaude coerentemente a solução encontrada: é uma semente que pode germinar e contribuir para a eliminação do vício de pensar primeiro em novas cobranças e quase nunca em evitar despesas. É promissora a perspectiva que está sendo aberta, agora, pelo acordo, permitindo a possibilidade de que, desta vez, a solução seja diferente da que sempre tem prevalecido.

O impasse da fixação do novo mínimo, que se arrastava desde o início deste último semestre do ano, pode agora ser considerado resolvido de forma satisfatória.

É preciso, entretanto, que haja coerência. Estamos indo pelo bom caminho, mas é indispensável o esforço constante para que não surjam obstáculos durante a caminhada, pondo a perder o grande avanço sem dúvida obtido com o acordo que antes parecia inviável de se alcançar.

Por outro lado, cabe revigorar o esforço contra a sonegação, com a rápida aprovação das mudanças legais necessárias para impedir que o fisco seja logrado com tanta facilidade. É preciso cercear as possibilidades de que os sonegadores continuem tendo êxito fácil, favorecidos pelas brechas da legislação. Se Legislativo e Executivo forem coerentes e levarem essa decisão até as últimas consequências, não só poderão ser garantidos os recursos adicionais para fazer face ao acréscimo de despesas que o mínimo provocará como também para o reequilíbrio geral finanças públicas.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil, reuniram-se na Biblioteca, deputado Vidal Vanhoni, os nobres Pares desta comissão, em caráter ordinário, presidida pelo senhor deputado Edson Strapasson. Na companhia dos senhores membros da comissão: deputado Edson Praczyk, deputado Hidekazu Takayama, deputado Divanir Braz Palma e contando com a participação dos convidados: major Vanderlei Mariano, representante do Comando do Corpo de Bombeiros de Curitiba, Wesley de Lima, diretor da Casa dos Aquecedores, senhor Roberto Domingos D Oliveira, coordenador técnico da Orbis Mertig do Brasil Ltda e senhora Rosana L. Guidetto de Ruiz Lenz, gerente administrativa da mesma. Também diretores do Secovi (assessoria, administração e planejamento imobiliário) senhores Carlos Alberto Luciani, diretor e Edvaldo Almadei, assessor, havendo a justificativa do não comparecimento do IML (via telefone), mas confirmando para a próxima reunião do dia 29.11.2000; o senhor presidente agradece as presenças de todos, decidindo fazer uma inversão da pauta, deixando para o final a discussão o Projeto de Lei nº 169/2000, onde o deputado Divanir Braz Palma é o relator (Parecer FAVORÁVEL - APROVADO). O deputado Edson Praczyk pede dispensa da leitura da Ata anterior; e o presidente inicia os debates solicitando que cada membro participante colabore com seus préstimos, seguindo a ordem de chamada pela pauta em posse do presidente. (Conforme notas taquigráficas em anexo). Após os debates o senhor presidente dispensou os convidados, passando a aprovação do Projeto de Lei nº 169/2000 pelos membros da comissão. Ficando já marcada próxima reunião para o dia 29.11.2000 no mesmo local com novos convidados (conforme notas). Nada mais havendo a tratar o senhor presidente, encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Sandra Zampier, secretária da comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

Sandra Zampier - Secretária

Pedido de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

José Carlos Felinto, matrícula 40422, endereço Rua Amazonas, 33, cidade de Colombo - PR, remuneração mensal estimada R\$ 480,44, CPF: 523.263.497-68 telefone: 367-0600, data de nascimento: 12/10/57.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV,

dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: NE061.

(Prot. nº 5841)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) José Carlos Felinto

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 036ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2000

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado José Maria Ferreira, secretariada pelos senhores deputados Antonio Annibelli e Antonio Carlos Belinati.

Às quinze horas e quarenta minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos

Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 380/2000, de autoria do deputado Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Evangélica de Quatro Barras - ABEQ, com sede e foro no município de Quatro Barras. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 385/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Recuperação do Alcoolatra - ARA, com sede e foro no município de Umuarama. **Aprovado.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que concede o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à senhora Virgínia Leite. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 062, de 29.05.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 173/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo conceder o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à senhora Virgínia Leite.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Lei.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes alertando sobre os males causados pelo alcoolismo. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. (Publ. no D.A. nº113, de 29.08.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 282/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Serafina Carrilho, visa dispor sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes alertando sobre os males causados pelo alcoolismo.

Chamadas esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 07.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 282/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 282/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes alertando sobre os males causados pelo alcoolismo, em todos os estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas.

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, opinamos igualmente a favor da tramitação e aprovação final do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.2000.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
EDGAR BUENO - Relator

Em votação.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Senhor presidente e senhores deputados. A ilustre deputada Serafina Carrilho dá a esta Casa a oportunidade de nós, em solo paranístico, fazermos o que já ocorre em diversos Estados da Federação. Estive visitando, representando esta Casa, inclusive com Vossa Excelência, presidente José Maria Ferreira, encontramos em alguns Estados da nossa Nação a fixação sobre os males que a bebida alcoólica realmente faz a todos nós que dela fazemos uso. Acredito que com a mesma intensidade que Sua Excelência, o ministro da Justiça, o ministro da Saúde, faz com que todo solo pátrio seja acordado com os males do fumo, e principalmente o ministro José Serra, empresta também a deputada Serafina Carrilho a oportunidade a nós do Paraná, seguirmos os bons exemplos dessa Nação, e no dia de amanhã uma campanha nacional que também seja abrangente neste campo que é o alcoolismo.

Queria também aproveitar a oportunidade, senhor presidente, da lei do ilustre parlamentar, deputado Antônio Martins Annibelli a qual proíbe o uso do

fumo em recintos como este nosso, que tivéssemos também, não a complacência, mas principalmente a inteligência de todos os parlamentares para não fumarem.

Obrigado senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Continua em discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 282/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho.

Os que forem favoráveis permaneçam como estão.

Aprovado.

Por solicitação do presidente da CCJ, deputado Basílio Zanusso, convido a todos os deputados pertencentes a essa Comissão para logo em seguida ao término desta, participarem da Sessão Extraordinária que será realizada na sala de reuniões.

E também comunico que amanhã, a partir das 13:30 haverá a reunião da CCJ em regime ordinário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.